



Secretaria de Educação de Nova Jersey



Lucille E. Davy
Superintendente de Educação

Barbara Gantwerk
Diretora Assistente
Setor de Atendimento aos Estudantes

Roberta Whole
Diretora
Coordenadoria de
Programas de Educação Especial

Secretaria de Educação de Nova Jersey
Caixa Postal 500
Trenton, Nova Jersey 08625-0500
(609) 292-0147

PTM 1506.71

Pátrio Poder na Educação Especial

Revisado em Maio de 2007

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

JOSEPHINE E. HERNANDEZ Distrito de Union
Presidente

ARCELIO APONTE Distrito de Middlesex
Vice-Presidente

RONALD K. BUTCHER. Distrito de Gloucester

KATHLEEN A. DIETZ Distrito de Somerset

DEBRA ECKERT-CASHA Distrito de Morris

EDITHE FULTON Distrito de Ocean

ERNEST P. LEPORE Distrito de Hudson

FLORENCE McGINN Distrito de Hunterdon

KENNETH J. PARKER Distrito de Camden

DOROTHY S. STRICKLAND Distrito de Essex

Lucille E. Davy, Superintendente de Educação
Secretaria de Educação Estadual

Pátrio Poder na Educação Especial

A Legislação Administrativa de Nova Jersey para Educação Especial (N.J.A.C. 6A:14) e a Lei Federal de Educação para Pessoas com Necessidades Especiais de 2004 (IDEA 2004) são as leis que asseguram os direitos das crianças com necessidades especiais a uma educação pública gratuita e apropriada em um ambiente menos restritivo. Uma parte importante destas leis assegura aos pais o direito de participar da educação de seus filhos.

Você e os representantes de seu distrito escolar devem ser parceiros no desenvolvimento de um programa educacional apropriado para seu filho. Este documento descreverá as leis estaduais e federais que afetam o fornecimento de educação especial, para ajudá-lo a compreender seus direitos no processo de educação especial. Com este conhecimento, você estará preparado para exercer um papel ativo na educação de seu filho.

Este documento foi desenvolvido para você pela Coordenadoria de Programas de Educação Especial da Secretaria de Educação. Em um esforço para fornecer as informações mais abrangentes e atualizadas disponíveis. O documento é periodicamente revisado para refletir as alterações na lei, fornecer informações adicionais que possam ser úteis para você da maneira mais clara e concisa. A última revisão deste documento ocorreu em dezembro de 2006.

Se você precisar de ajuda adicional para compreender melhor seus direitos, contate as informações da Rede Estadual de Apoio aos Pais (SPAN), da Coordenadoria de Proteção e Apoio Incorporados de Nova Jersey (New Jersey Protection and Advocacy Incorporated - NJP&A), as Superintendências Distritais da Secretaria de Educação de Nova Jersey e do distrito escolar de sua localidade, relacionados na página 42.

Esta é a declaração de salvaguardas processuais requeridas de acordo com a Nova Legislação Administrativa de Nova Jersey (New Jersey Administrative Code - N.J.A.C.) 6A:14-2.3(g)7.

Encaminhamento para Parecer	1
Tomada de Decisão e Participação nas Reuniões	1
Notificação de Reunião	3
Notificação por Escrito.....	3
Idioma Nativo e Notificação por Escrito.....	4
Consentimento	5
Solicitações dos Pais.....	7
Uso do Seguro	7
Avaliação.....	8
Avaliação Independente	8
Elegibilidade.....	10
Programa de Educação Individualizado (Individualized Education Program - IEP)	11
Reavaliação	12
Transferência de Direitos após a Maioridade	12
Confidencialidade e Acesso aos Registros Educacionais	12
Pai Substituto	14
Colocação de seu Filho em uma Escola Que Não Seja Pública (Particular) – Devido a Divergências	14
Colocação de seu Filho em uma Escola Que Não Seja Pública (Particular) – Devido à Preferência (Serviços de Participação Equitativa)	16
Resolução de Controvérsias	17
Mediação Voluntária	17
Audiências Formais	22
Audiências em Caráter de Urgência	22
Aplicação da Tutela Antecipada.....	24
Direitos de Audiência Formal	25
Honorários de Advogado	25
Solução de Denúncia	26
Procedimentos Disciplinares	28
Termos de Uso Mais Comum.....	32
Solicitação dos Pais para Mediação / Audiência / Audiência em Caráter Urgente.....	34
Requerimento de Tutela Antecipada	38
Formulário da Coordenadoria dos Programas de Educação Especial	40
Solicitação dos Pais para Aplicação do Acordo de Mediação	43
Solicitação dos Pais para Aplicação da Decisão Final da Secretaria de Processos Administrativos	45
Recursos.....	47
Recursos para Transição para a Vida Adulta	47

Pátrio Poder na Educação Especial

ENCAMINHAMENTO PARA PARECER

O que é um encaminhamento para parecer?

O encaminhamento para parecer é uma solicitação de avaliação por escrito que é dada ao distrito escolar quando há suspeitas de que uma criança tenha necessidades especiais e que possa necessitar de serviços de educação especiais.

Quem pode fazer o encaminhamento para parecer?

- Pais
- Funcionários da escola
- Órgãos responsáveis pela assistência social aos estudantes, inclusive a Secretaria de Educação de Nova Jersey

Se achar que seu filho pode ter uma necessidade especial, você poderá encaminhá-lo para uma avaliação através do envio de solicitação ao seu distrito escolar¹.

O que ocorre quando é feito um encaminhamento para parecer?

Dentro de um prazo de 20 dias corridos,² contados a partir do recebimento do encaminhamento, o distrito escolar deverá realizar uma reunião para decidir se a avaliação será realizada. Se a avaliação for realizada, outra decisão é tomada quanto aos tipos de testes e outros procedimentos que serão usados para determinar se seu filho necessita dos serviços de educação especial. Se a avaliação não for realizada, podem ser feitas recomendações no que diz respeito às intervenções ou aos serviços a serem fornecidos ao estudante na educação geral.

TOMADA DE DECISÃO E PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES

Como são tomadas decisões relacionadas às necessidades de educação especial do meu filho?

As decisões sobre a educação especial do seu filho são tomadas em reuniões. Como pais de uma criança que tem ou pode ter uma necessidade especial, **vocês têm o direito de participar das reuniões relacionadas a:**

- **Identificação** (decisão de avaliar);
- **Avaliação** (natureza e escopo dos procedimentos de avaliação);
- **Classificação** (determinação sobre se seu filho é elegível para a educação especial e para os serviços relacionados);

¹Quando escrever para o distrito escolar sobre questões envolvendo educação especial, você deverá escrever para o diretor da escola, o diretor de educação especial, o supervisor de estudos da criança, o supervisor do caso ou outro funcionário graduado apropriado da escola.

²O prazo exclui os feriados escolares, mas não exclui as férias de verão.

- Desenvolvimento e análise do **programa de educação individualizado para seu filho (individualized education program -IEP)**;
- Colocação educacional de seu filho; e
- Reavaliação de seu filho.

Você é considerado membro de uma equipe multidisciplinar de pessoas qualificadas que se reúnem para tomar decisões e desenvolver o programa de educação individualizado (individualized education program - IEP) de seu filho.

Você tem direito a:

- Ter um intérprete, tradutor ou intérprete de linguagem dos sinais fornecido pela escola, sem nenhum custo para você, quando necessário;
- Participar das reuniões requeridas, através de outros meios tais como ligações telefônicas individuais, teleconferências ou videoconferências, se você não puder comparecer pessoalmente; e
- Receber uma cópia dos relatórios de avaliação, documentação e informações que serão usados para a determinação da elegibilidade pelo menos 10 dias corridos antes da reunião de elegibilidade.

Todos os membros da equipe do IEP precisam assistir às reuniões da equipe de IEP?

Todos os membros requeridos da equipe devem assistir a todas as reuniões do IEP, a menos que você forneça uma notificação, por escrito, para dispensar um membro requerido da equipe do IEP. Há duas circunstâncias em que o distrito escolar pode solicitar seu consentimento para dispensar um membro da equipe do IEP de uma reunião:

- Se a área de um membro de equipe do IEP requerido não estiver sendo discutida³, o distrito escolar pode solicitar seu consentimento, por escrito, para que este membro da equipe seja liberado de parte da reunião ou da reunião toda. A solicitação de consentimento deverá ser enviada junto com a notificação da reunião. Se concordar que o membro da equipe pode ser liberado, você deve assinar a solicitação para consentimento e devolvê-la à escola. Como ocorre com todas as solicitações de consentimento, você pode se recusar a fornecer consentimento e o membro da equipe deve, neste caso, participar da reunião.
- Se a área de um membro da equipe IEP requerida estiver sendo discutida, o distrito escolar pode solicitar seu consentimento por escrito para que este membro seja liberado de parte da reunião ou de toda a reunião. A solicitação de consentimento deve ser enviada junto com a notificação da reunião e deve incluir o parecer por escrito do membro da equipe. O parecer por escrito também deve ser enviado para os outros membros da equipe IEP antes da reunião. Se concordar que o membro da equipe pode ser liberado, você deve assinar a solicitação para consentimento e devolvê-la à escola. Como ocorre com todas as solicitações de consentimento, você pode se recusar a fornecer consentimento e o membro da equipe deve, neste caso, participar da reunião.

³Por exemplo, se o propósito da reunião da equipe do IEP for analisar as alterações de um serviço relacionado, tal como fonoaudiologia, o distrito escolar poderá dispensar a presença dos professores de educação geral ou dos professores de educação especial, já que não haverá nenhuma alteração na instrução de ensino dentro da sala de aula e portanto as áreas desses professores não serão analisadas.

NOTIFICAÇÃO DE UMA REUNIÃO

Como serei convidado a participar de reuniões?

Para assegurar que você tenha a oportunidade de participar das reuniões e do processo de tomada de decisão sobre seu filho, as reuniões sobre a educação especial do seu filho devem ser agendadas em horário e local convenientes para você e para o distrito. O distrito escolar deve notificá-lo por escrito, com antecedência suficiente para assegurar que você terá a oportunidade de participar.

Quais informações devem ser incluídas na notificação de uma reunião?

A notificação por escrito da reunião deve declarar o propósito, horário, local e quem participará e:

- informar que você ou o distrito escolar podem convidar para a reunião outras pessoas que tenham conhecimento ou especialização em relação a seu filho, incluindo o pessoal de serviços relacionados. A determinação de se a pessoa tem tal conhecimento ou especialização é feita pela parte (você ou o distrito escolar) que convidou a pessoa;
- começando aos 14 anos, ou menos, se apropriado, a notificação para um estudante com uma necessidade especial também deve indicar que o propósito da reunião será o desenvolvimento de uma declaração de planejamento de transição e que a escola convidará o estudante a participar da reunião; e
- começando aos 16 anos, ou menos, se apropriado, a notificação para um estudante com necessidade especial também deve indicar que o propósito de uma reunião é a consideração dos serviços de transição necessários e que a escola convidará o estudante a participar da reunião.

O distrito escolar pode realizar uma reunião se eu não puder participar?

Sim. O distrito escolar pode realizar uma reunião sem você. O distrito escolar pode fazer isso se puder documentar que fez várias tentativas para agendar uma reunião com você ou obter sua participação em uma reunião através de telefone ou videoconferência e não conseguiu.

NOTIFICAÇÃO POR ESCRITO

Como serei informado sobre as decisões relacionadas a necessidades especiais de educação de meu filho?

Seu distrito escolar informará a você as decisões tomadas a respeito de seu filho enviando uma notificação por escrito.

Uma notificação por escrito deverá ser feita quando o distrito escolar:

- **propuser iniciar ou alterar:**
 - A identificação, avaliação e classificação;
 - A implementação de um IEP ou colocação educacional;
 - O fornecimento de uma educação pública apropriada e gratuita para seu filho;
 - Uma reavaliação;

- **solicitar consentimento;** e
- aprovar ou negar uma solicitação que você fez por escrito sobre a identificação, avaliação, colocação educacional ou provisão de uma educação gratuita pública apropriada para o seu filho.

O que precisa ser incluído na notificação por escrito?

A notificação por escrito deve incluir uma descrição completa da proposta do distrito e uma declaração de que você tem direitos de acordo com a lei de educação especial.

Ao fornecer a notificação por escrito, o distrito escolar deve sempre:

- descrever a ação que está propondo ou recusando;
- explicar por que está ou não realizando a ação;
- descrever as outras opções consideradas e explicar por que elas foram rejeitadas;
- descrever, conforme aplicável, os procedimentos, testes, históricos ou relatórios usados pelo distrito para tomar a decisão;
- descrever quaisquer outros fatores relevantes para a proposta ou recusa do distrito; e
- Incluir a notificação a que você tem direitos de acordo com a lei da educação especial.

Quando devo receber uma cópia deste livreto?

Você deve receber uma cópia deste livreto uma vez por ano e sempre que:

- seu filho for encaminhado para uma avaliação inicial;
- a primeira solicitação para o processo de audiência formal ou uma primeira solicitação para uma ação for enviada para a Secretaria de Educação em um ano escolar; e
- a decisão de realizar uma ação disciplinar for tomada, constituindo uma alteração de colocação.

Em todas as ocasiões, o distrito deverá lhe dar uma declaração explicando:

- que como pai/mãe de um estudante que é ou pode ser elegível para serviços de educação especiais, você tem direitos segundo a lei da educação especial;
- como você pode obter uma cópia da declaração de salvaguardas processuais (PRISE); e
- Fontes que você pode contatar para auxiliá-lo a entender as regras da educação especial.

IDIOMA NATIVO E NOTIFICAÇÃO POR ESCRITO

A notificação por escrito deve ser em um idioma compreensível para o público em geral e em seu idioma nativo ou outro modo principal de comunicação. Se não for uma língua escrita, a escola deve tomar medidas para assegurar que a notificação seja traduzida oralmente, ou por outros meios, em seu idioma nativo ou outro modo de comunicação. Se o seu idioma não for uma língua escrita, o distrito escolar deverá assegurar que você entenda a notificação e documento que a entende.

Quando o distrito deverá me fornecer a notificação por escrito?

Dentro de 15 dias corridos de uma reunião sobre a identificação, avaliação ou reavaliação, IEP ou colocação, o distrito deverá lhe fornecer a notificação por escrito de quaisquer decisões tomadas e/ou quaisquer ações que tenham sido propostas ou negadas. A notificação por escrito também deverá ser fornecida quando o distrito escolar precisar de seu consentimento para uma ação proposta.

Quando o distrito realizará a ação descrita na notificação?

Após ter recebido a notificação por escrito, você terá a oportunidade de considerar as decisões ou ações propostas por até 15 dias corridos. Isto lhe permitirá concordar ou discordar da proposta do distrito. Você pode permitir que o distrito escolar inicie a ação proposta mais rapidamente ao concordar por escrito.

CONSENTIMENTO

O que significa consentimento?

Consentimento significa que você recebeu todas as informações necessárias para tomar uma decisão informada sobre a atividade proposta. Consentimento também significa que você entende e concorda, por escrito, com a atividade proposta. Portanto, uma notificação por escrito deverá fazer parte de qualquer solicitação de seu consentimento por escrito.

O consentimento é imediato. Isto significa que, após você ter dado o seu consentimento por escrito, o distrito escolar deverá iniciar a atividade o mais breve possível.

Quando o distrito escolar deve obter meu consentimento?

Seu consentimento é necessário:

- **antes de o seu filho ser avaliado pela primeira vez** para determinar se ele é elegível para educação especial ou não;
- **antes que o programa de educação especial de seu filho comece pela primeira vez;**
- **antes que o seu filho seja testado em uma reavaliação.** Entretanto, se o distrito puder mostrar que tentou obter consentimento para a reavaliação de seu filho e você não respondeu, ele pode prosseguir e fazer a avaliação sem seu consentimento;
- **antes que os registros de seu filho sejam liberados** para uma pessoa ou organização que não esteja, de outra forma, autorizada a vê-los;
- **todas as vezes que seu distrito escolar desejar avaliar os benefícios ou seguro públicos ou seguro privado** cobrindo seu filho;
- **sempre que o seu distrito escolar quiser liberar um membro da equipe obrigatória** de uma reunião da equipe do IEP;
- **sempre que o IEP do seu filho for alterado sem uma reunião com a equipe do IEP;** e
- **sempre que você concordar em desistir de uma reavaliação do seu filho.**

O que acontece se eu não der consentimento para a atividade proposta?

Se você discordar de uma avaliação inicial, reavaliação ou liberação de registros proposta e não der consentimento, o distrito escolar não pode prosseguir. Se o distrito escolar desejar prosseguir com qualquer dessas atividades propostas, deve solicitar uma audiência de processo formal (veja página 17) para obter o consentimento de um juiz administrativo. Na audiência de processo formal, o juiz administrativo decidirá se seu filho pode ser avaliado, reavaliado ou se os registros de seu filho podem ser liberados sem o seu consentimento.

Se você não concordar com uma proposta para implementar o IEP inicial, acessar o seguro público (como o Medicaid) ou o seu seguro privado que cobre o seu filho, uma solicitação de liberação de um membro da equipe do IEP obrigatória de uma reunião ou uma solicitação, pelo distrito escolar, de desistir da reavaliação (de três anos) do seu filho, o distrito escolar não poderá prosseguir com o proposto. Se você não consentir, o distrito escolar não pode dar entrada na audiência de processo formal para pedir a um juiz administrativo que forneça o consentimento para qualquer desses tipos de solicitações.

Posso retirar meu consentimento após ele ter sido dado?

O consentimento é voluntário. Você pode revogar (retirar) seu consentimento a qualquer momento escrevendo para o distrito escolar. Revogar o consentimento não neutraliza uma ação que tenha ocorrido após o consentimento ter sido dado e de ele ter sido revogado. Se você escrever para o distrito escolar para revogar seu consentimento após seu filho ter entrado em um programa de educação especial, o distrito escolar tem 20 dias corridos para responder à sua solicitação por escrito com uma notificação.

O distrito escolar pode concordar com sua solicitação e interromper os serviços. O distrito escolar pode realizar uma reunião da equipe do IEP ou optar por outras resoluções durante o período de 20 dias. Como resultado, você e o distrito podem concordar em revisar o IEP de seu filho e continuar com alguns ou todos os serviços. Se, ao final dos 20 dias, entretanto, você e o distrito escolar não entrarem em acordo e o distrito escolar acreditar que é necessário continuar a fornecer os serviços a seu filho, ele deverá solicitar uma audiência de processo formal para obter o consentimento de um juiz. Durante o processo de resolução ou enquanto o processo de audiência formal estiver pendente, o distrito escolar deverá continuar a fornecer os serviços de educação especial requeridos pelo IEP de seu filho.

O distrito escolar deve obter meu consentimento cada vez que houver uma proposta para alterar o programa ou a colocação de meu filho?

Não. Assim que os serviços começarem, você ou o distrito escolar podem propor alterações no programa ou na colocação de seu filho na reunião do IEP. Não é necessário ter o seu consentimento para implementar alterações. O distrito escolar deve fornecer a você uma notificação das alterações propostas, como descrito acima.

Como posso interromper a ação proposta quando eu discordar?

Você deverá solicitar mediação ou uma audiência de processo formal em até 15 dias após o recebimento da notificação por escrito (veja as seções Idioma Nativo e Notificação por Escrito). Para solicitar mediação ou uma audiência de processo formal, você deve redigir sua solicitação por escrito e enviá-la para a

Secretaria da Educação e para o distrito escolar. Um formulário de mediação/audiência de processo formal encontra-se no final do livreto. Enquanto a discordância estiver sendo resolvida, a colocação e os serviços atuais de seu filho permanecerão inalterados. Isto é chamado de “permanência”.

Se você discordar da ação proposta e não informar o distrito escolar sobre a sua discordância através da solicitação de mediação ou de uma audiência de processo formal, essa ação proposta começará após 15 dias da sua apresentação.

SOLICITAÇÕES DOS PAIS

Você pode solicitar uma alteração na avaliação, elegibilidade, IEP ou colocação de seu filho. Sempre que fizer tal solicitação de escola, você deverá fazê-la por escrito e manter uma cópia em seus registros. A escola tem 20 dias corridos para responder a você por escrito. Os feriados escolares não são contados nestes 20 dias. Mas as escolas são obrigadas a responder dentro de 20 dias durante as férias de verão. A resposta deve incluir os componentes da notificação (veja a página 3). Além disso, se uma reunião for necessária para responder à sua solicitação, ela deverá ser realizada dentro de 20 dias da solicitação. Se o seu distrito escolar adotar uma política que permita que os pais enviem solicitações por escrito através de correspondência eletrônica, você poderá enviar suas solicitações seguindo a política de e-mail da escola. De outra forma, tais solicitações devem ser escritas ou datilografadas e enviadas ao distrito escolar.

USO DO SEGURO

O distrito escolar pode requerer que eu utilize meu seguro médico particular ou o seguro ou os benefícios públicos que cobrem o meu filho para obter avaliações, educação especial ou serviços relacionados obrigatórios para fornecer a meu filho uma educação pública apropriada e gratuita (FAPE)?

Não. O distrito escolar não pode requerer que você consinta em usar o seguro público ou privado do seu filho para obter uma avaliação ou fornecer educação especial ou serviços relacionados (ex. terapia física, serviços de linguagem oral) que seu filho precise para receber uma FAPE. Entretanto, se seu distrito escolar fornecer uma notificação por escrito e você consentir, o seguro ou benefício público ou privado poderá ser usado. O distrito deverá informar a você de que o fornecimento de consentimento é voluntário.⁴ Seu consentimento também deve ser solicitado e obtido pelo distrito escolar sempre que o seguro público ou privado do seu filho for utilizado para obter educação especial ou serviços relacionados a seu filho. Isso significa, por exemplo, que se o distrito escolar solicitar o uso de seu seguro para fornecer terapia física para seu filho uma vez por semana durante o ano escolar coberto pelo IEP do seu filho, seu consentimento deverá ser fornecido no início do ano escolar para que seu seguro forneça terapia física para o ano. Se o distrito escolar, mais tarde, desejar usar seu seguro para fornecer outro serviço, ele novamente precisará solicitar seu consentimento antes de poder usá-lo.

⁴Se você não autorizar o uso do seu seguro, o distrito, mesmo assim, deverá prestar o serviço sem nenhum ônus para você.

AVALIAÇÃO

O que é uma avaliação?

Uma avaliação é o processo usado para determinar se o seu filho tem uma necessidade especial. Este processo inclui uma revisão de todos os dados relevantes, e a administração individual de testes, avaliações e observações de seu filho. Para uma avaliação inicial, pelo menos dois membros da equipe de estudo de seu filho⁵ e outros especialistas,⁶ conforme requerido ou como determinado como necessário, devem participar. Um mínimo de duas avaliações de seu filho são necessárias para determinar a elegibilidade para educação especial e serviços relacionados. Cada avaliação deve ser conduzida por uma pessoa com treinamento apropriado ou qualificada para conduzir tal avaliação por licença ou certificação profissional.

Quando uma avaliação é necessária?

Uma avaliação é necessária quando você, os membros da equipe de estudo do seu filho e o professor do seu filho se reúnem e decidem que ele pode ter uma necessidade especial.

As avaliações de meu filho que foram preparadas por um profissional que não trabalha para o distrito escolar podem ser usadas como uma das duas avaliações requeridas para uma avaliação inicial do meu filho?

Sim. Os relatórios e avaliações preparados pelas equipes de estudo de seu filho ou pessoas que fornecem serviços relacionados (tais como terapia física ou serviços de fala-linguagem) podem ser usados como laudos para uma avaliação inicial. As avaliações e relatórios devem ser de pessoas que trabalham para outros distritos escolares públicos (ou serviços educacionais ou comissões conjuntas), clínicas ou órgãos aprovados pela Secretaria de Educação ou profissionais com consultórios particulares. Para ser usado, o relatório deve ter sido realizado em um período de menos de um ano e deverá ser revisto pelo membro da equipe de estudo de seu filho ou outra pessoa no distrito qualificada para revisar o relatório. Se o distrito determinar que o relatório satisfaz os requisitos dos regulamentos do Estado para avaliar estudantes, ele pode ser usado como um dos laudos obrigatórios de seu filho.

AVALIAÇÃO INDEPENDENTE

O que é uma avaliação independente?

Uma avaliação independente é uma avaliação feita por uma pessoa qualificada que não esteja empregada pelo seu distrito escolar. Se você não concordar com a avaliação ou reavaliação feita por seu distrito escolar, você tem direito a pedir UMA avaliação independente. Isto significa que você pode decidir que a avaliação pelo distrito não foi realizada corretamente ou está incompleta, e que gostaria que uma avaliação fosse feita por terceiros.

Você pode solicitar quantos laudos separados quiser quando solicitar UMA avaliação independente. Por exemplo, você pode decidir que um ou mais laudos que seu distrito escolar preparou, tais como a avaliação de aprendizagem ou o laudo psicológico do seu filho, está incorreto e que você gostaria que outros realizassem nova(s) avaliação(ões). Ou você pode acreditar que a avaliação do distrito escolar deva incluir laudo(s) que o distrito não fez, tais como o laudo médico ou comportamental do seu filho.

⁵Quando a suspeita de necessidade especial recai sobre um problema ligado à fala, o fonoaudiólogo deverá participar como um dos dois membros necessários da equipe de estudos sobre a criança.

⁶Os especialistas incluem, mas não estão limitados a fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e médicos.

Assim que fizer sua solicitação para uma avaliação independente após o distrito escolar completar sua avaliação ou reavaliação, os laudos que você solicitou serão realizados por terceiros (a menos que um juiz decida que eles não devem ser realizados). Após os laudos estarem concluídos, você não poderá pedir que outra avaliação independente seja paga pelo seu distrito escolar até que a próxima reavaliação de seu filho tenha sido concluída pelo distrito escolar. Portanto, você precisa pedir todos os laudos que julgar necessários na sua solicitação de avaliação independente porque terá que esperar pela reavaliação para poder fazer outra solicitação de uma avaliação independente paga pelo seu distrito escolar.

Quais são os requisitos para uma avaliação independente?

Uma avaliação independente é fornecida sem custos para você. É uma despesa pública. Se, como parte da audiência de processo formal, um juiz requerer uma avaliação independente, ela, também, deverá ser obtida pelo distrito escolar como despesa pública. As avaliações independentes devem satisfazer os mesmos requisitos das avaliações realizadas pelo distrito escolar.

O que acontece se o distrito escolar acreditar que sua avaliação é apropriada?

Quando o distrito escolar discordar da necessidade de uma avaliação independente, ele deverá pedir uma audiência de processo formal dentro de 20 dias após o recebimento da sua solicitação. Se um juiz decidir que a avaliação do distrito é apropriada, o distrito não terá que pagar pela avaliação independente. Seu direito de obter uma avaliação independente paga por você permanece inalterado.

Meu distrito escolar terá que ter avaliado meu filho na(s) área(s) onde estou solicitando uma avaliação independente para que eu tenha permissão para obter uma avaliação independente?

Não. Entretanto, seu distrito escolar pode conduzir ou obter laudos antes de fornecer a avaliação independente. Se o seu distrito escolar decidir solicitar os laudos primeiro, ele terá que fazer isso em 45 dias corridos. Após esse período, se você discordar dos laudos, ainda pode pedir uma avaliação independente e seu distrito escolar poderá permitir a avaliação ou solicitar uma audiência de processo formal para negar a sua solicitação. Um juiz decidirá se você pode contabilizar a avaliação independente como despesa pública.

Onde é possível obter uma avaliação independente?

Uma avaliação independente poderá ser obtida a partir de outro distrito escolar, uma comissão de serviços educacionais, uma comissão conjunta, uma clínica ou órgão aprovado ou um médico particular, que seja certificado e/ou licenciado conforme as exigências. As informações relacionadas a esses recursos devem ser fornecidas a você pela escola.

O distrito escolar pode impor limitações ou restrições na escolha dos avaliadores?

Se o distrito escolar concordar com sua solicitação de avaliação independente, ele deve fornecer informações sobre onde uma avaliação independente pode ser obtida. Para auxiliar os distritos escolares e os pais, a Secretaria de Educação mantém uma lista das clínicas e órgãos aprovados. Os distritos escolares podem sugerir uma série de clínicas ou órgãos dentro da área geográfica daquela lista. Os

pais podem obter a avaliação solicitada a partir da lista sugerida dentro de um período de tempo razoável e na taxa determinada pelo distrito.

Se você não concordar em selecionar um fornecedor dentre os sugeridos pelo distrito escolar, o distrito poderá considerar sua solicitação de um fornecedor diferente. O distrito escolar também deve considerar sua solicitação para um avaliador que custe mais do que ele normalmente paga para a mesma avaliação. Se o distrito escolar discordar de sua solicitação, ele deverá solicitar uma audiência de processo formal para negar sua solicitação.

Tal consideração e a decisão do distrito em conceder ou solicitar uma audiência de processo formal para negar a solicitação deve ocorrer dentro de 20 dias da solicitação de uma avaliação independente.

Há circunstâncias que permitem que um distrito escolar negue uma solicitação para avaliação independente sem solicitar uma audiência de processo formal?

Sim. O distrito escolar pode negar a escolha de avaliador dos pais sem solicitar uma audiência de processo formal, se o avaliador não tiver um certificado e/ou licença de Nova Jersey, se eles forem obrigatórios. Além disso, os pais têm direito a uma avaliação independente (que pode incluir mais de um laudo) para cada avaliação inicial ou reavaliação. Assim, após uma avaliação independente ter sido realizada ou um juiz ter decidido que uma avaliação independente não será realizada, o distrito escolar pode negar as solicitações subsequentes de uma avaliação independente sem solicitar uma audiência de processo formal. Se outra reavaliação for realizada, os pais podem realizar uma avaliação independente se discordarem da reavaliação.

O que o distrito escolar é solicitado a fazer quando recebe uma avaliação independente?

O distrito escolar deve considerar qualquer avaliação independente, inclusive as pagas por você, quando tomar as decisões relacionadas ao programa de educação especial do seu filho. Entretanto, o distrito escolar não é obrigado a aceitar o relatório de avaliação ou incorporar qualquer de suas recomendações ao IEP do seu filho. Uma avaliação independente pode ser apresentada como evidência em uma audiência formal.

ELEGIBILIDADE

Como a elegibilidade é determinada?

Quando a avaliação é concluída, a elegibilidade é determinada de maneira cooperativa, em uma reunião, de acordo com o N.J.A.C. 6A:14-2.3(k)1. Para ser elegível para educação especial e serviços relacionados:

- Um estudante deverá ter uma necessidade especial de acordo com uma das categorias de elegibilidade;
- A necessidade especial deverá afetar adversamente o desempenho educacional do estudante; e
- O estudante deverá necessitar de educação especial e serviços relacionados.

O distrito escolar deve fornecer aos pais uma cópia do(s) relatório(s) de avaliação e a documentação a ser usada para fazer uma determinação da elegibilidade (ou estudante adulto, quando aplicável), no mínimo 10 dias antes da reunião.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INDIVIDUALIZADO (IEP)

O que é um programa de educação individualizado (IEP)?

Após seu filho ser considerado elegível para a educação especial e serviços relacionados, uma reunião será realizada para desenvolver o IEP do seu filho. O IEP é um plano por escrito que descreve em detalhes o programa de educação especial do seu filho. O IEP deve descrever o desempenho atual de seu filho e as necessidades instrucionais específicas dele. O IEP deve incluir metas anuais detalhadas e mensuráveis e objetivos de curto prazo ou comparações.

Quem deve participar da reunião do IEP?

Exceto quando forem liberados da participação da reunião, com seu consentimento, de acordo com o procedimento na página 2, as seguintes pessoas devem participar das reuniões do IEP:

- Estudante, se apropriado⁷;
- Pais;
- Não menos do que um professor de educação geral (na medida apropriada), se o estudante estiver participando ou for participar de educação convencional;
- Não menos do que um professor de educação especial (ou provedor de educação especial, onde apropriado);
- Pelo menos um membro da equipe de estudo do seu filho;
- Coordenador do caso;
- Representante do Distrito Escolar;
- Outros, a critério dos pais ou do distrito escolar; e
- Se a transição tiver que ser discutida em uma reunião do IEP, um representante de qualquer outro órgão que provavelmente fornecerá ou pagará os serviços; e
- A pedido dos pais, o Coordenador de Serviços Parte C para um estudante em transição do Programa de Intervenção Precoce para o programa de Educação Especial Parte B oferecido pelo distrito escolar.

Você tem direito a:

- Cópias do IEP do seu filho;
- Trazer outros com você às reuniões;
- Gravar as reuniões do IEP, se você informar as outras pessoas verbalmente ou por escrito, antes da reunião começar, que pretende gravar a reunião;
- Ter o IEP implementado dentro de 90 dias após o recebimento pela escola do seu consentimento para a primeira avaliação;
- Ter o IEP implementado assim que possível após uma reunião de IEP;
- Ter o IEP revisto pelo menos anualmente; e
- Ter serviços anuais da escola estendidos considerados pela equipe de IEP.

⁷A partir dos 14 anos, o aluno deverá ser convidado a participar da reunião do IEP para atender aos requisitos do planejamento de transição.

REAVLIAÇÃO

Com que freqüência meu filho deve ser reavaliado?

Seu filho deve ser reavaliado dentro de três anos de sua última avaliação, a menos que você forneça consentimento para abrir mão da reavaliação de três anos. Se fornecer consentimento para dispensar a reavaliação de três anos, o próximo período de três anos para reavaliação começa na data em que você fornece o seu consentimento por escrito. Uma reavaliação pode ser realizada antes de três anos, se condições justificarem isto ou se você ou o professor de seu filho solicitar. Entretanto, o distrito escolar pode negar sua solicitação para reavaliação se ela for feita com menos de um ano da data da última avaliação de seu filho ter sido concluída. Além disso, o distrito escolar deve reavaliar seu filho antes que possa determinar que ele não é mais uma criança com necessidade especial e não está mais elegível para educação especial e serviços relacionados.

Quais são os requisitos para uma reavaliação?

A equipe do IEP deve se reunir para examinar os dados atuais e decidir se são necessários testes adicionais para continuar a elegibilidade de seu filho para serviços de educação especial. A equipe do IEP pode decidir que nenhuma informação adicional é necessária para determinar a continuidade da elegibilidade para educação especial. Como membro da equipe, você pode discordar da decisão e solicitar que o distrito escolar conduza uma avaliação do seu filho. Neste caso, o distrito escolar deverá avaliar o seu filho para determinar a elegibilidade (ou inelegibilidade).

O distrito escolar precisa do meu consentimento para reavaliar meu filho?

A escola deve obter seu consentimento antes de realizar qualquer teste como parte de uma reavaliação de seu filho. Entretanto, se a escola conseguir comprovar que tentou obter seu consentimento para a reavaliação de seu filho e você não respondeu, ela poderá dar prosseguimento à reavaliação como planejado.

TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS APÓS A MAIORIDADE

Que direitos eu tenho quando o meu filho chega aos 18 anos?

Quando seu filho atinge a maioridade, todos os direitos de acordo com a lei de educação especial serão transferidos para ele, a menos que um tribunal tenha designado um tutor legal para seu filho. Tanto você como o estudante adulto receberão todas as notificações obrigatórias conforme os direitos de pátrio poder. Pelo menos três anos antes de o seu filho chegar aos 18 anos, o distrito escolar deverá informar a você e ao seu filho sobre a transferência desses direitos.

CONFIDENCIALIDADE E ACESSO AOS REGISTROS EDUCACIONAIS⁸

Posso ver os registros educacionais do meu filho?

Os distritos escolares devem manter a confidencialidade das informações no registro educacional do seu filho. Entretanto, a escola pública ao manter os registros educacionais de seu filho deve assumir que você tem autoridade para inspecionar/revisar os registros de seu filho, a menos que a escola tenha sido legalmente notificada, por escrito, de que seus direitos foram cancelados, por direito de guarda ou divórcio.

⁸Os regulamentos relativos aos registros dos alunos encontram-se no Código Administrativo de Nova Jersey (N.J.A.C.) 6A:32. O distrito escolar deverá fornecer a você uma cópia desses regulamentos quando solicitado.

Você tem direito a:

- Pedir para ver uma lista de todos os tipos de registros mantidos em relação a seu filho e onde os registros são mantidos;
- Ver todos os registros educacionais de seu filho que forem mantidos ou usados pelo distrito escolar:
 - Sem esperas desnecessárias;
 - Antes de qualquer reunião de IEP ou audiência e
 - Em até dez dias após a solicitação para ver os registros.
 - (Se possível, essa solicitação deverá ser feita por escrito.)
- Solicitar explicação e interpretação dos registros;
- Obter cópias dos registros. A escola poderá cobrar uma taxa razoável para fazer cópias se essa taxa não impedir você de revisar os registros. A escola não pode cobrar uma taxa para consultar ou acessar os registros;
- Ser notificado antes que as informações nos registros de seu filho sejam destruídas; e
- Dar consentimento ou recusar-se a dar o consentimento para compartilhar os registros de seu filho com alguém que não tenha propósito educacional ou jurídico para vê-los.

A escola deve manter um registro de todas as pessoas que têm acesso ao registro de seu filho, incluindo nomes, datas e propósitos para o acesso. Se solicitar, você tem o direito de saber quem recebeu informações dos registros de seu filho, a data em que elas foram dadas e como foram usadas.

O distrito escolar deve obter seu consentimento por escrito antes que qualquer informação pessoalmente identificável sobre seu filho possa ser liberada para qualquer pessoa que não esteja habilitada por lei a ter acesso a ela (veja página 4).

Se você der à escola um consentimento por escrito, outra pessoa poderá receber e/ou revisar os registros para você. Se um determinado registro tiver informações sobre mais de uma criança, você poderá ver somente as informações do seu filho.

Tenho o direito de revisar os registros de meu filho quando ele se tornar um estudante adulto?

Até que seu filho chegue aos 18 anos, você tem acesso a todos os registros educacionais mantidos pela escola. Após a transferência de direitos na maioridade, você tem o direito de acessar os registros educacionais de seu filho somente se seu filho ainda for financeiramente dependente de você e ainda estiver matriculado no sistema de escola pública, ou se você obtiver o consentimento para acesso do seu filho adulto.

Como posso alterar os registros do meu filho?

Você pode solicitar ao distrito escolar para alterar os registros educacionais do seu filho se acreditar que eles:

- Sejam irrelevantes;
- Sejam imprecisos;
- Não protejam a privacidade ou outros direitos de seu filho; ou
- Sejam impróprios de outra forma.

Se solicitar que o distrito escolar altere o registro de seu filho, você tem o direito de receber uma decisão sobre sua solicitação. O distrito escolar pode decidir fazer a alteração e informar você sobre a alteração por escrito; do contrário, o distrito escolar deve se reunir com você dentro de 10 dias para determinar se a alteração será feita.

Se o distrito escolar não fizer a alteração, ele deverá informar você sobre a recusa e seu direito de apelar solicitando uma audiência com o Superintendente de Educação, de acordo com a N.J.A.C. 6A:3.

Se o Diretor decidir, após uma audiência, que os registros não precisam ser alterados, o distrito escolar deverá notificar você, por escrito, sobre o seu direito de adicionar uma declaração aos registros de seu filho dando as razões pelas quais não concorda com os registros da escola. Esta declaração deve ser mantida nos registros de seu filho enquanto o registro relevante for mantido e a declaração deve ser liberada sempre que o registro em questão for revelado.⁹

PAI SUBSTITUTO

Quando um pai substituto é indicado e qual é o papel do pai substituto?

Quando o aluno for filho de pais desconhecidos ou os pais não puderem ser localizados após esforços razoáveis, quando uma agência do estado tiver a guarda de um aluno, quando o estudante estiver sob custódia do estado ou quando o estudante for um jovem sem teto desacompanhado, como definido por lei federal, deverá ser indicado um pai substituto para ele. O pai substituto representa o estudante em todos os assuntos relacionados a identificação, avaliação, desenvolvimento do IEP, colocação do estudante e fornecimento de educação pública apropriada e gratuita (FAPE).

O distrito escolar responsável deve ter estabelecido um método para determinar se uma criança requer um pai substituto e para designar um pai substituto para uma criança, quando necessário. Adicionalmente, o distrito escolar deverá fazer esforços razoáveis para indicar um pai substituto dentro de 30 dias da determinação de que um pai substituto é necessário para um estudante. O distrito escolar responsável deve assegurar que o pai substituto satisfaça os seguintes critérios:

- A pessoa não deve ter nenhum interesse que esteja em conflito com os do estudante que representa.;
- A pessoa deve possuir conhecimento e habilidades que assegurem representação adequada do estudante;
- A pessoa deve ter, pelo menos, 18 anos de idade; e
- A pessoa não pode ser funcionária do distrito escolar, da Secretaria de Educação de Nova Jersey nem de qualquer outra agência envolvida na educação ou cuidado da criança. (Se o distrito escolar remunera o pai substituto única e exclusivamente por atuar nesta função, a pessoa não é considerada funcionária do distrito escolar.)

⁹De acordo com o código de registros dos alunos, N.J.A.C. 6A:32-7.4(e), (antes de formar-se ou de deixar permanentemente a escola) os registros permitidos ou compulsórios requeridos para a educação especial deverão ser mantidos durante um período de cinco anos após a conclusão do programa de atividades.

Finalmente, um distrito escolar não pode substituir um pai substituto sem um motivo e, se o distrito escolar remunera um pai substituto para atuar como tal, é importante verificar os antecedentes criminais da pessoa conforme a N.J.S.A. 18A:6-7.1.

COLOCAÇÃO DE SEU FILHO EM UMA ESCOLA QUE NÃO SEJA PÚBLICA (PARTICULAR) – DEVIDO A DIVERGÊNCIAS

Se eu discordar do programa do distrito escolar e colocar meu filho em uma escola não-pública (particular), quem será responsável pelo pagamento dos custos?

Seu filho tem direito a uma educação pública apropriada e gratuita. Se seu filho estiver matriculado em uma escola pública e vocês não concordarem com o programa de educação especial do distrito escolar, vocês poderão optar por colocá-lo em uma escola particular ou que não seja pública, ou em um programa particular para a primeira infância que vocês acreditem que atendam às necessidades especiais de educação de seu filho. Vocês são responsáveis pelos custos, salvo se for provado durante a audiência preliminar que o distrito não prestou serviços de educação pública apropriados e gratuitos ao seu filho e que a escola escolhida por vocês é adequada para atender às necessidades educacionais do seu filho.

O que eu preciso fazer se planejar pleitear junto ao distrito escolar um reembolso pelos custos da escola que não é pública (particular)?

Se seu filho recebeu educação especial e serviços relacionados em um distrito de escola pública, vocês poderão colocar seu filho em uma escola que não seja pública (particular) e pleitear um reembolso junto à circunscrição. Vocês deverão informar o distrito escolar em uma reunião do IEP ou entregar uma notificação por escrito ao distrito escolar com pelo menos 10 dias de antecedência (excluindo somente os fins de semana) antes da matrícula de seu filho na escola particular. Vocês precisarão declarar a sua discordância frente ao IEP do distrito escolar sobre a colocação proposta pelo distrito escolar e a sua intenção de matricular o seu filho em uma escola que não seja pública (particular).

Se o distrito escolar lhe enviou uma notificação por escrito de sua intenção de avaliar o seu filho, antes de retirar o seu filho da escola pública, vocês deverão permitir que ele seja avaliado pelo distrito escolar para justificar o seu pedido de reembolso.

Se vocês não informarem o distrito escolar sobre suas intenções de fazer uma matrícula na rede particular usando o dinheiro público, se não disponibilizarem o seu filho para uma avaliação ou tomarem outras atitudes inaceitáveis, isso poderá resultar em uma decisão do juiz de reduzir ou negar o reembolso para a matrícula em rede particular.

COLOCAÇÃO DE SEU FILHO EM UMA ESCOLA QUE NÃO SEJA PÚBLICA (PARTICULAR) – DEVIDO À PREFERÊNCIA (SERVIÇOS DE PARTICIPAÇÃO EQUITATIVA)

Se eu coloquei o meu filho em uma escola particular porque prefiro o tipo de educação oferecida pela referida escola, ele tem o direito a uma educação especial e serviços relacionados do distrito de escola pública?

Um aluno com necessidades especiais que foi matriculado por seus pais em uma escola particular não tem direito a receber parte ou toda a educação especial e serviços relacionados que receberia se matriculado na escola pública. Entretanto o seu filho tem o direito de ser encaminhado para uma equipe de estudos de crianças para uma avaliação das condições necessárias para educação especial e serviços relacionados.

Se seu filho for um aluno da pré-escola matriculado em um programa de primeira infância, o distrito escolar de sua residência é responsável por identificá-lo e, se apropriado, avaliá-lo quanto à sua elegibilidade para uma educação especial e serviços relacionados. Se o seu filho preencher os requisitos, o distrito escolar de residência oferece um programa projetado para fornecer a ele educação pública apropriada e gratuita. Tal programa deve ser fornecido após a matrícula em um distrito escolar público e ser fornecido em um local determinado pela equipe do IEP. Se você recusar o programa oferecido por seu distrito escolar de residência porque quer que seu filho permaneça em um programa infantil maternal, você pode ir ao distrito escolar onde seu filho participa do programa infantil maternal (possivelmente no mesmo distrito) e solicitar um plano de serviço. Um plano de serviço será redigido somente se seu filho for receber serviços e não precisa incluir o nível de serviços que o distrito escolar público ofereceria caso seu filho estivesse matriculado no distrito.

Se seu filho estiver em um programa que vai do jardim de infância até o 12º ano, a equipe de estudo do distrito escolar onde seu filho frequenta a escola não-pública (distrito de participação) determina se deve avaliar seu filho. Se uma avaliação for concedida, a equipe deverá conduzir avaliações sem custo para você e determinar se seu filho é elegível para educação especial e serviços relacionados. Se for determinado que seu filho é elegível, um plano de serviço será redigido somente se seu filho for receber os serviços.

Quais são os meus direitos se eu discordar da avaliação ou da determinação de elegibilidade?

Você pode solicitar mediação ou audiência de processo formal se a equipe de estudo da criança decidir que uma audiência não se justifica ou se você discordar do plano de avaliação. Você pode solicitar uma avaliação independente sem custo caso discorde da avaliação realizada pela equipe. Você também pode solicitar mediação ou uma audiência de processo formal se discordar da determinação de elegibilidade. (Veja as seções sobre mediação e audiência de processo formal, páginas 16 e 17.)

Se meu filho for determinado elegível e eu discordar com a proposta de serviços, quais são meus direitos?

Você não tem o direito de solicitar mediação ou uma audiência de processo formal para discordar da educação especial e serviços relacionados propostos para seu

filho em um plano de serviços. É assim mesmo quando o distrito decide não fornecer nenhum serviço.¹⁰

Para as discordâncias relativas ao fornecimento de serviços pelo distrito onde a escola não-pública está localizada, você pode protocolar uma ação. O OSEP determinará se o distrito em questão (o distrito escolar onde seu filho frequenta a escola não-pública) usou os procedimentos apropriados na determinação de quais crianças receberão os serviços e se os serviços estão sendo fornecidos.

RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

O que acontece se eu discordar do distrito escolar sobre a identificação, avaliação, classificação, colocação educacional ou a provisão de uma educação pública apropriada e gratuita?

Pode haver um momento em que você e o distrito escolar discordem. Muitas discordâncias podem ser resolvidas pela comunicação com o professor, gerente de caso, diretor da escola ou outro funcionário do distrito escolar do seu filho. Também há procedimentos estabelecidos sob a lei estadual e federal para tratar de suas preocupações, tais como resolução de ações, mediação ou audiência de processo formal.

O que é mediação?

A mediação é uma maneira de discutir e resolver discordâncias entre você e o distrito escolar com a ajuda de um terceiro imparcial e treinado conhecido como mediador.

MEDIAÇÃO VOLUNTÁRIA

Onde e quando a mediação ocorre?

A mediação ocorre em uma reunião (conferência) realizada por um mediador da Secretaria de Educação de Nova Jersey em horário e local razoavelmente convenientes para os participantes. A reunião será agendada dentro de 15 dias do recebimento de uma solicitação por escrito.

Como os mediadores são selecionados?

O A Secretaria de Educação de Nova Jersey mantém um quadro de mediadores qualificados que são instruídos sobre as leis e regulamentações sobre educação especial. Os mediadores são selecionados a partir da lista de pessoal, em forma de rodízio. Quando uma solicitação de mediação é recebida, o próximo mediador disponível é designado para realizar a conferência de mediação.

Quem pode solicitar mediação?

Você ou o distrito escolar podem solicitar a mediação se houver uma discordância.

Quanto custa uma mediação?

A mediação é fornecida sem custos para você ou para a escola.

¹⁰Se optarem por matricular seu filho em uma escola pública e requisitarem um IEP, vocês poderão ajuizar um pedido de audiência de conciliação para questionar o programa e serviços do IEP.

Como posso solicitar a mediação?

Um formulário de solicitação de mediação está em anexo ao final deste livreto.

Vocês deverão enviar uma solicitação por escrito para:	A solicitação para a mediação deverá:
Roberta Wohle, Diretora Coordenadoria de Programas de Educação Especial Secretaria de Educação de Nova Jersey P.O. Box 500 Trenton, Nova Jersey 08625-0500	Especificar o assunto (problema); Especificar a assistência (solução) solicitada; e Comprovar que uma cópia da solicitação foi enviada para o distrito escolar.

Posso trazer um defensor ou advogado para a conferência de mediação?

Você pode trazer um defensor e/ou advogado com você para ajudá-lo na conferência de mediação. O distrito escolar também pode trazer um advogado para a conferência de mediação mesmo se você não o fizer.

O que acontece com meu filho durante a mediação?

Desde o momento em que uma solicitação apropriada de mediação é recebida até ela ser concluída, a classificação, o programa ou a colocação do seu filho não podem ser alterados, a menos que você concorde com a escola em fazer a mudança ou uma tutela antecipada seja solicitada por você ou pelo distrito (veja página 20) e concedida por um juiz.

O que acontece se chegarmos a um acordo? E se não chegarmos a um acordo?

Se vocês e o distrito escolar chegarem a um acordo, este será escrito pelo mediador e assinado por você e pelo distrito escolar. Se as considerações durante a mediação não resultarem em um acordo por escrito, somente a data e o nome das pessoas presentes na mediação serão registrados. As considerações durante a mediação são confidenciais e não podem ser usadas como provas durante uma audiência.

O que acontecerá se as partes precisarem de mais tempo para concluir a mediação?

Se ambas as partes concordarem que precisam de mais tempo para obter informações adicionais ou explorar mais opções, o mediador e as partes poderão prolongar a mediação durante um período de tempo apropriado.

O que acontecerá se o distrito escolar não cumprir o acordo firmado durante a mediação?

Se acreditar que o distrito escolar não implementou o acordo firmado durante a mediação conforme formalizado, você poderá exigir a aplicação do acordo através do preenchimento do formulário apropriado submetendo-o ao Diretor da Coordenadoria de Programas de Educação Especial no endereço listado abaixo ou exigindo a aplicação da lei através da Justiça. O formulário que poderá ser usado para solicitar a aplicação do acordo firmado durante a mediação encontra-se em anexo no final deste livreto.

O que poderá acontecer se eu não quiser participar da mediação?

A mediação é um procedimento voluntário e não pode ser usada para protelar ou negar o seu direito a uma audiência formal. Entretanto, o distrito escolar poderá estabelecer procedimentos que solicitem que vocês conversem com um mediador do

estado para debater os benefícios da mediação, se optarem por não usar o processo de mediação.

AUDIÊNCIAS FORMAIS

O que é uma audiência formal?

Uma audiência é o direito a um processo legal no qual a resolução de uma controvérsia entre vocês e o distrito escolar será decidida por um juiz administrativo da Secretaria de Processos Administrativos (OAL).

Quem poderá solicitar uma audiência formal?

Vocês ou o distrito escolar poderão solicitar uma audiência imparcial se houver alguma controvérsia sobre a identificação, avaliação, programa, matrícula ou a prestação de uma educação apropriada e gratuita para o seu filho.

Como poderei solicitar uma audiência formal?

Vocês deverão enviar uma solicitação por escrito para:	A solicitação para um Processo Formal deverá:
Roberta Wohle, Diretora Coordenadoria de Programas de Educação Especial Secretaria de Educação de Nova Jersey P.O. Box 500 Trenton, Nova Jersey 08625-0500	Indicar o nome e a idade da criança; Indicar o endereço da criança; Identificar a escola em que a criança está matriculada; Descrever o problema e fatos relacionados ao problema; Propor uma solução para o problema; e Indicar que uma cópia da requisição foi enviada para o distrito escolar. No caso de uma criança sem teto, informações disponíveis de contato da criança e o nome da escola onde a criança está matriculada.

O formulário que poderá ser utilizado para solicitar uma audiência formal encontra-se em anexo no final deste livreto. O não-fornecimento das informações listadas acima pode resultar em: (1) desconsideração de sua solicitação por ser insuficiente, (2) atraso nos autos do processo, ou (3) redução da concessão de quaisquer honorários de advogado aos quais vocês poderão fazer jus se ganharem a causa.

Será possível requerer uma mediação e uma audiência formal ao mesmo tempo?

Sim. Vocês e o distrito escolar poderão requerer a mediação como parte de uma solicitação de uma audiência formal.

Quando deverei ajuizar meu pedido de audiência formal?

Vocês deverão ajuizar seu pedido de audiência formal dentro de um período de dois anos a partir da data em que foram informados ou deveriam ter sido informados sobre a ação do distrito escolar que estão contestando. O prazo só será aumentado se vocês demonstrarem a um Juiz de Direito Administrativo (juiz administrativo) que o distrito escolar os fizeram acreditar que a demanda havia sido atendida de acordo com a sua solicitação ou se ele negou a vocês informações que deveriam ser fornecidas por exigência da lei.

O que acontecerá quando eu ajuizar um pedido de audiência formal?

Dentro de 15 dias do recebimento do ajuizamento de seu pedido de audiência, você e o distrito escolar deverão participar de uma reunião de deliberação organizada e conduzida pelo distrito. Em substituição à reunião de deliberação, as partes poderão concordar com uma mediação conduzida pela Coordenadoria de Programas de Educação Especial (OSEP), ou as partes poderão concordar por escrito em renunciar à reunião de deliberação. Se as partes decidirem participar de uma reunião de deliberação, a circunscrição organizará a realização da reunião. Se as partes concordarem com a mediação, um representante do distrito deverá entrar em contato com a OSEP para facilitar o agendamento da reunião de mediação, quando a equipe da OSEP obterá as datas disponíveis de ambas as partes e marcará a reunião de mediação. O período de deliberação, durante o qual uma reunião de deliberação ou mediação será realizada, é de 30 dias, após o qual a demanda será transferida para a Secretaria de Processos Administrativos (OAL) para uma audiência se as partes ainda não tiverem resolvido a disputa.

Além de participar de uma reunião de mediação ou de deliberação, o distrito escolar deverá apresentar a resposta necessária à sua solicitação de uma audiência dentro de 10 dias do seu recebimento.

O que acontecerá se o distrito escolar não agendar a reunião de deliberação dentro de 15 dias?

Se ao distrito escolar não agendar uma reunião de deliberação dentro do período exigido e você e o distrito escolar não estiverem participando de nenhuma mediação e não tiverem renunciado à reunião de deliberação, você deverá ajuizar uma demanda junto à OSEP no endereço listado acima para solicitar um Juiz de Direito Administrativo (juiz administrativo) que marque uma audiência para a sua demanda e dê início ao prazo de 45 dias. O Juiz Administrativo decidirá se o distrito escolar tem uma boa razão para não agendar uma reunião de deliberação. Se o Juiz de Direito Administrativo (juiz administrativo) julgar que o distrito escolar não apresentou uma boa razão para não agendar a reunião de deliberação, o mesmo Juiz poderá determinar que a audiência seja realizada. Se o Juiz Administrativo decidir que o distrito escolar teve uma boa razão para não agendar a reunião de deliberação, esse mesmo juiz poderá determinar que a reunião de deliberação ou de mediação seja realizada em um prazo específico antes que a demanda seja levada a uma audiência formal.

O que acontecerá se eu optar por não comparecer ou não puder comparecer à reunião de deliberação com o distrito escolar?

Se você não puderem comparecer à reunião de deliberação com o distrito escolar, e você e o distrito escolar não estiverem participando da mediação e não tiverem renunciado à reunião de deliberação, o distrito escolar poderá ajuizar uma demanda para fazer com que a sua solicitação de audiência seja desconsiderada pelo Juiz de Direito Administrativo (juiz administrativo). Se o Juiz de Direito Administrativo determinar que você não apresentou uma justificativa válida pelo não comparecimento na reunião de deliberação, o mesmo Juiz poderá desconsiderar a sua solicitação de audiência. Se o juiz determinar que você tinha uma justificativa válida para não comparecer na reunião de deliberação, ele poderá determinar que uma reunião de deliberação ou reunião de mediação seja realizada dentro de um prazo específico antes que a demanda prossiga para uma audiência de conciliação.

Se o juiz desconsiderar a sua solicitação, você poderá dar entrada em um novo

pedido para uma audiência formal. Todas as solicitações de resolução anteriores ao início da audiência formal começarão novamente.

O distrito escolar poderá contestar a minha solicitação de audiência de conciliação?

Se o distrito escolar acreditar que você não conseguiu atender aos requisitos necessários para uma solicitação apropriada relacionados na página 17, ele poderá questionar a carência da sua petição. Se o juiz administrativo concordar com a carência da sua petição, ele poderá permitir que você altere a sua petição ou desconsiderar a mesma. Se a alteração for permitida; você poderá alterar a sua petição de acordo com a orientação do juiz administrativo. Se a demanda for desconsiderada, você poderá corrigir as deficiências e ajuizar uma nova petição para uma audiência de conciliação.

Eu poderei alterar a minha petição para uma audiência de conciliação depois de ela ter sido ajuizada junto à OSEP?

Sim. Entretanto, você só poderá modificar sua solicitação de audiência formal com o consentimento do distrito escolar ou se solicitar e receber permissão do juiz responsável pelo seu caso. Se você não tiver o consentimento do distrito escolar ou do juiz, a sua petição não poderá ser alterada.

O que acontecerá se o distrito escolar solicitar uma audiência formal?

Se o distrito escolar solicitar uma audiência de conciliação com respeito a um assunto relacionado ao seu filho, você e o distrito escolar poderão concordar em fazer uma reunião de mediação para resolver a controvérsia. Se assim for, o assunto será destinado a uma mediação, e a reunião de mediação será realizada antes da demanda ser enviada para a Secretaria de Processos Administrativos (OAL) para uma audiência de conciliação (se a controvérsia não for resolvida na reunião de mediação). Se você ou o distrito escolar não desejarem mediar a controvérsia, ela será encaminhada mediatamente para uma audiência formal, já que não há exigência de um período de deliberação como no caso da solicitação de audiência por pais ou responsáveis.

Quanto tempo demora para que a demanda seja decidida?

Depois que as atividades de deliberação já ocorreram e a demanda foi transmitida à OAL, a audiência formal deverá ser concluída e uma cópia da decisão deverá ser enviada pelo correio para você e para o distrito escolar durante os próximos 45 dias, salvo se forem concedidas prorrogações deste prazo pelo juiz.

!Se eu discordar de uma determinação da equipe do Programa de Educação Individualizada (IEP) de meu filho para alterar o estado de sua qualificação, classificação, programa ou colocação e eu ajuizar uma demanda para uma mediação e/ou uma audiência de conciliação, o que acontecerá com meu filho enquanto a demanda está sendo decidida?

Nenhuma alteração será feita com relação à classificação, programa ou colocação de seu filho se você ajuizar uma solicitação de mediação ou audiência formal em até 15 dias após a entrega de uma notificação escrita pelo distrito escolar. Seu filho permanecerá em seu lugar atual até que sua mediação e/ou audiência formal sejam resolvidas através de um acordo entre as partes, da retirada da solicitação por você ou de uma decisão final por parte do juiz. Se você solicitar uma mediação ou uma audiência depois da expiração do prazo de 15 dias, o distrito escolar poderá implementar a ação proposta. Se discordar da colocação de seu filho

enquanto não receber o resultado de sua solicitação de uma audiência formal, você poderá solicitar uma tutela antecipada.

O que acontecerá se o distrito escolar não cumprir a decisão do juiz na audiência formal?

Você tem o direito de procurar a justiça para obter uma ordem judicial para que o distrito escolar cumpra a decisão do juiz, ou poderá encaminhar uma solicitação por escrito ao Diretor da OSEP no endereço relacionado acima e obrigar que a decisão do juiz seja cumprida. Você deverá ajuizar a sua solicitação em até 90 dias após a data em que o distrito escolar deveria cumprir a decisão que você afirma não ter sido cumprida e a sua solicitação deverá incluir uma cópia da decisão da Secretaria de Administração Pública. O distrito escolar deverá responder a sua solicitação e tentar resolver a controvérsia entre vocês. Se o problema não for resolvido, a OSEP determinará se o distrito escolar deixou de cumprir a decisão do juiz. E, se for determinado que isso ocorreu, a OSEP o instruirá a cumpri-la. Entretanto se você e o distrito escolar concordarem em modificar a decisão do juiz depois que ela for proferida, você não terá direito a exigir o cumprimento da parte da decisão do juiz que modificou. O formulário que poderá ser usado para requerer o cumprimento da decisão da audiência formal encontra-se em anexo no final desse livreto.

AUDIÊNCIAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA

O que é uma audiência formal em caráter de urgência?

Uma audiência em caráter de urgência é uma audiência perante um juiz administrativo sobre questões disciplinares. Por exemplo, se discordar da determinação da equipe do IEP de que o comportamento de seu filho não foi a manifestação de uma necessidade especial, você poderá solicitar uma audiência em caráter de urgência. Se o distrito escolar acreditar que é perigoso para seu filho permanecer no lugar atual, e você e o distrito escolar não chegarem a um acordo quanto à colocação mais apropriada, o distrito poderá solicitar uma audiência em caráter de urgência para transferir o seu filho.

Qual a diferença entre uma audiência em caráter de urgência e as outras audiências formais?

Uma audiência em caráter de urgência deverá ser realizada dentro de um prazo de 20 dias úteis escolares da solicitação da audiência e a decisão do juiz administrativo deverá ser proferida em até 10 dias úteis escolares depois da audiência. Além disso, o período de deliberação de uma audiência de caráter de urgência é de 15 dias, e a reunião de mediação ou deliberação deverá ser realizada dentro de 7 dias da solicitação da audiência.

A mediação é oferecida como parte de uma audiência em caráter de urgência?

Sim. A mediação estará disponível.

APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA

O que é uma tutela antecipada?

Tutela antecipada é uma decisão imediata (antecipada) sobre uma demanda que está relacionada à audiência formal. A tutela antecipada é concedida antes da

decisão final do litígio. A demanda que está sujeita à tutela antecipada é ouvida rapidamente e sem a oportunidade de mediação ou reunião de deliberação.

Que demandas poderão ser objeto de “tutela antecipada”?

Um pedido de tutela antecipada poderá ser feito nas seguintes circunstâncias:

- Assuntos que envolvam uma interrupção na prestação de serviços (por exemplo, deixar de oferecer um professor domiciliar ou uma alteração ou falha em oferecer serviços estendidos além do ano escolar);
- Assuntos que envolvam medidas disciplinares, incluindo determinações de certas manifestações e determinações de ambientes educacionais alternativos temporários;
- Assuntos relacionados à matrícula que dependem do resultado dos autos do processo legal; e
- Assuntos que envolvem a graduação ou a participação nas cerimônias de graduação.

Como é decidida a concessão de tutela antecipada?

A tutela antecipada poderá ser concedida se o juiz administrativo determinar que:

- O autor da ação poderá sofrer dano irreparável se a tutela antecipada não for concedida;
- O direito legal subjacente da demanda do requerente é acordado;
- O requerente tem alta probabilidade de vencer nos méritos da demanda subjacente; e
- Quando as equidades e os interesses das partes são comparados, o requerente sofrerá um dano maior do que o reclamado se a tutela requerida não for concedida.

Como devo requerer uma tutela antecipada?

Além das informações requeridas para solicitar uma audiência formal ou uma audiência em caráter de emergência, os pedidos de tutela antecipada deverão ser acompanhados de um atestado ou declaração juramentada especificando a razão do pedido. Vocês deverão fornecer uma cópia do pedido para o distrito escolar e o pedido deverá registrar que ela foi fornecida ao distrito escolar. A cópia original do pedido deverá ser enviada para a Coordenadoria de Programas de Educação Especial, mesmo que o pedido tenha sido enviado por fax para a coordenadoria.

O que acontecerá se eu precisar solicitar uma tutela antecipada depois que minha demanda tiver sido encaminhada para uma audiência formal?

Se vocês precisarem solicitar uma tutela antecipada depois que sua demanda for enviada para a Secretaria de Serviços Administrativos para uma audiência formal, a parte poderá requerê-la junto ao juiz administrativo designado para a sua audiência. O juiz administrativo reverá seu requerimento, ouvirá seus argumentos e os do distrito escolar e decidirá com relação à tutela antecipada.

DIREITOS DE AUDIÊNCIA FORMAL

São direitos processuais de ambas as partes:

- Os pais ou responsáveis têm direito a serem aconselhados e acompanhados na audiência formal por advogados e por indivíduos com conhecimento ou treinamento especial com relação a crianças com necessidades especiais. O distrito deverá ser representado por advogado;
- As duas partes deverão apresentar provas, requerer a presença de testemunhas e interrogá-las;
- Qualquer parte poderá pedir ao juiz administrativo para interromper a apresentação de qualquer prova, incluindo quaisquer avaliações ou recomendações baseadas nas avaliações, que não tenham sido apresentadas com uma antecedência de pelo menos cinco dias antes de uma audiência formal ou com a antecedência de pelo menos dois dias antes de uma audiência em caráter de urgência; e
- Qualquer das partes poderá obter um registro por escrito ou eletrônico da audiência. As partes têm o direito, de acordo com o seu desejo, de obter um registro escrito ou eletrônico da audiência e dos veredictos sobre os fatos e a decisão. Os veredictos sobre os fatos e decisões serão fornecidos para os pais e responsáveis, sem nenhum ônus.

Você tem o direito de:

- Solicitar e receber, do distrito escolar, uma lista dos serviços de advocacia gratuitos ou de custo baixo disponíveis. A Coordenadoria dos Programas de Educação Especial lhe enviará esta lista quando você solicitar uma audiência formal;
- Ver a lista dos juízes administrativos e suas qualificações que é mantida pelo OAL;
- Ter a audiência aberta ao público;
- Ter o seu filho presente na audiência;
- Ter um intérprete presente, se necessário, sem nenhum ônus para você; e
- Ter a audiência realizada em um horário e local razoavelmente convenientes para você.

Os alunos com necessidades especiais que têm mais de 21 anos e recebem educação especial têm direito a requerer mediação ou uma audiência formal para resolver uma disputa relacionada a identificação, avaliação, matrícula ou a prestação de uma educação pública apropriada e gratuita.

Cópias das decisões do processo legal são fornecidas ao Conselho Consultivo de Educação Especial do Estadual (SSEAC) e estarão à disposição do público depois que forem apagadas todas as informações de identificações pessoais.

Juízes de Direito Administrativo

- As audiências não podem ser conduzidas por servidores empregados de qualquer órgão público envolvido com a educação ou atendimento ao seu filho ou que tenha algum conflito de interesse pessoal ou profissional. Em Nova Jersey, a audiência é sempre presidida por um juiz administrativo da Secretaria de Processos Administrativos (OAL). O juiz administrativo não é considerado

um servidor de um órgão público envolvido com a educação ou atendimento ao seu filho porque ele é pago para dirigir a audiência formal.

- A decisão proferida por um juiz tem força de sentença e deverá ser seguida pela parte e pelo distrito escolar, salvo se uma das partes apelar da sentença para um tribunal estadual ou federal dentro de 90 dias da data da decisão.

Posso apelar da decisão do Juiz de Direito Administrativo em uma audiência formal se eu não concordar com ela?

Sim. A decisão do juiz administrativo em uma audiência tem força de sentença e só poderá ser revista e alterada pela Vara Federal dos Estados Unidos ou pelo Tribunal Superior de Nova Jersey de acordo com as normas de cada tribunal para o ajuizamento da demanda junto a eles. Se a parte discordar da decisão do juiz administrativo em seu processo legal, ela poderá apelar para qualquer um desses tribunais dentro de 90 DIAS CONSECUTIVOS da data do proferimento da sentença pelo juiz administrativo. Em uma apelação, o tribunal revisará o registro da audiência processual fornecido por você e pelo distrito escolar e ouvirá provas adicionais de acordo com a solicitação sua ou do distrito escolar. Em seguida, o tribunal proferirá uma sentença baseada na preponderância de provas.

HONORÁRIOS DE ADVOGADO

Como poderei ser ressarcido dos honorários de advogado?

Você poderá fazer um requerimento para um tribunal estadual ou federal para outorgar honorários razoáveis de advogado e custas dentro dos limites da lei se lograr êxito em sua audiência formal.

Os honorários do advogado poderão ser negados ou reduzidos?

A outorga de honorário de advogado poderá ser reduzida pelo juiz considerando o requerimento com base nos padrões aplicáveis de outorga de honorários, incluindo se durante o processo a parte protelou inadequadamente o acordo ou a decisão, o tempo utilizado e os serviços fornecidos foram excessivos ou os honorários cobrados pelo seu advogado excederam os honorários apropriados.

O distrito escolar poderá requerer honorários de advogado?

Sim. O distrito escolar poderá requerer honorários de advogado se vencer a ação do processo formal ajuizado por você. Se o juiz do tribunal estadual ou federal determinar que o motivo do processo foi fútil, sem possibilidade jurídica ou interesse processual, ou se foi apresentado por qualquer propósito impróprio, o juiz poderá determinar que o seu advogado pague os honorários de advogado do distrito escolar. Se vocês não tiverem advogado e o juiz estadual ou federal determinar que seu pedido de processo formal não tem possibilidade jurídica e foi realizado com o intuito de importunar, causar uma protelação desnecessária ou aumentar sem necessidade o custo do litígio, o juiz poderá determinar que vocês paguem os honorários de advogado do distrito escolar.

SOLUÇÃO DE DENÚNCIA

O que é uma denúncia?

Uma denúncia é uma argumentação (alegação) de que um órgão educacional violou a lei de educação federal ou estadual. Uma denúncia poderá ser apresentada em nome de uma criança individualmente ou em nome de um grupo de crianças. Uma denúncia deverá ser ajuizada junto à Secretaria de Educação de Nova Jersey para uma investigação independente da violação alegada.

Quem pode oferecer uma denúncia?

Qualquer pessoa pode oferecer uma denúncia com pedido de investigação enviando por correio uma requisição por escrito e assinada para:

Roberta Wohle, Diretora
Coordenadoria de Programas de Educação Especial
Secretaria de Educação de Nova Jersey
P.O. Box 500
Trenton, Nova Jersey 08625-0500

Há um prazo para o oferecimento de uma denúncia?

Sim. Os prazos para o oferecimento de denúncia foram estabelecidos de forma que os assuntos envolvidos não estejam tão ultrapassados a ponto de não terem uma resolução apropriada. O reclamante (pessoa que oferece a denúncia) deverá oferecer a denúncia em um prazo máximo de um ano após a ocorrência da violação alegada.

Como uma denúncia é resolvida?

1. O método mais desejável de resolver uma denúncia é que o reclamante e o órgão de educação trabalhem juntos para chegar a um entendimento de suas preocupações mútuas e cheguem a um consenso de acordo que atenda aos interesses do aluno com necessidades especiais da melhor forma, antes que seja necessário oferecer uma denúncia formal.
2. Se uma denúncia formal for oferecida à OSEP, um prazo de dez dias é oferecido para as partes determinarem as questões da denúncia antes do início da investigação. Esse período de dez dias é referido como uma oportunidade para uma Resolução Prévia. Uma declaração de resolução assinada deve ser submetida à OSEP para mostrar que o assunto foi resolvido. A mediação também está disponível sem nenhum ônus para as partes.
3. Durante o período de investigação, se for necessário, a OSEP fará entrevistas e revisará a documentação submetida pelas partes para determinar se o órgão de educação estava em conformidade ou não com as leis. O escopo de uma investigação se limita a se o órgão de educação seguiu os procedimentos corretos, envolveu as pessoas requeridas e fez determinações de maneira oportuna com respeito às salvaguardas processuais.
4. Salvo se uma denúncia for resolvida antecipadamente, será emitido um relatório que incluirá provas circunstanciais, conclusões e ações corretivas, se necessário.

Que informações deveram ser incluídas na denúncia?

A denúncia deverá:

- Indicar a violação específica da lei de educação especial que vocês acreditam ter ocorrido;
- Informar os fatos sobre os quais se baseia a declaração; e
- Informar quando ocorreu a violação alegada.

Um modelo de formulário para ajudá-los no oferecimento de uma denúncia encontra-se em anexo no final deste livreto.

Quanto tempo é necessário para que uma denúncia seja arbitrada?

Leis e normas federais/estaduais devem ser arbitradas dentro de um prazo de 60 dias consecutivos do recebimento da denúncia por escrita e assinada, salvo se for obtida uma prorrogação do prazo, conforme permitido pela lei. Por esta razão, pede-se às partes que cooperem no sentido de resolver as questões levantadas pela denúncia e/ou submetam a documentação necessária o mais rápido possível.

O que acontece se houver áreas de não-conformidade com a lei?

Se for descoberto que o órgão de educação não está em conformidade com a lei, um plano de ação corretiva deverá ser elaborado de acordo com as diretrizes no relatório e submetido à OSEP.

O que acontece se uma denúncia for oferecida sobre o mesmo assunto que já é objeto de outra audiência formal?

Se for oferecida uma denúncia sobre um assunto que já esteja sendo objeto de uma audiência formal, a denúncia deverá ser colocada em separado até a conclusão da audiência formal. Se a denúncia englobar múltiplas questões e uma ou mais questões fizerem parte da audiência formal, essas questões na denúncia, que são objeto da audiência preliminar deverão ser colocadas em separado até a conclusão da audiência preliminar. Entretanto qualquer questão na denúncia que não seja objeto da audiência preliminar deverá ser resolvida dentro dos prazos requeridos.

Se eu já tiver requerido uma investigação de denúncia, posso ainda assim requerer uma audiência formal?

Sim. Entretanto, se a denúncia também for objeto de uma audiência, a OSEP deverá colocar em separado qualquer parte da denúncia que seja objeto da audiência formal até a conclusão da audiência. Se for feita uma denúncia que já tenha sido previamente decidida em uma audiência formal que envolva as mesmas partes, a decisão da audiência é vinculante.

O que acontece se for oferecida uma denúncia sobre uma matéria que já foi decidida em audiência formal?

A Coordenadoria de Programas de Educação Especial deverá informar à pessoa ou à organização que ofereceu a denúncia que a decisão da audiência preliminar é vinculante. Portanto, não caberá uma investigação.

Eu terei a oportunidade de fornecer informações sobre a denúncia?

Sim. O requerente terá a oportunidade de fornecer informações, tanto verbalmente como por escrito, sobre a denúncia.

Como serei notificado dos resultados da investigação da denúncia?

Você receberá um relatório escrito sobre o veredicto, conclusões e resoluções dentro de 60 dias consecutivos do recebimento da requisição, salvo seja concedida uma

prorrogação por circunstâncias atenuantes. A decisão da Secretaria de Educação é definitiva.

O que o sistema de denúncia não é capaz de fazer?

O OSEP não investiga denúncias referentes a supostas violações da Seção 504 da Rehabilitation Act (Lei sobre Reabilitação) de 1973 ou outras supostas violações dos direitos civis. Estas questões são enviadas diretamente à Superintendência de Direitos Civis Ministério da Educação dos EUA pelo telefone (646) 428-3900. Além disso, não compete ao OSEP tratar de assuntos pessoais ou de educação em geral. Os conselhos locais são responsáveis pelas operações de suas escolas, inclusive a supervisão de pessoal e a administração de programas.

O que deve ser feito se uma das partes acreditar que há um erro no relatório?

Se uma das partes (o reclamante ou o órgão educacional) acreditar que há um erro que afete a conclusão, determinação ou adesão ou não-adesão ou ação corretiva, ela deverá informar o OSEP e a outra parte dentro de um prazo de 15 dias a contar da data do relatório. A carta deve identificar o suposto erro e conter toda a documentação de respaldo à denúncia de que houve erro. Se uma das partes deixar de encaminhar a documentação relevante, o OSEP não poderá analisar a queixa. Após o recebimento da carta e da documentação, o OSEP decidirá as medidas a serem tomadas para determinar se houve erro. O resultado será informado por escrito a ambas as partes. Se o erro for comprovado, se necessário, o relatório será revisto.

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

O distrito escolar deverá disciplinar meu filho se ele tiver violado um código de conduta estudantil?

Não. O seu distrito escolar deverá considerar as circunstâncias peculiares de seu filho ao determinar se é adequado alterar a colocação como medida disciplinar por violação do código de conduta estudantil.

O distrito escolar pode suspender meu filho da escola atual por motivos disciplinares?

Sim. As autoridades podem suspender seu filho de seu local atual por período não superior a 10 dias letivos por uma violação às normas da escola se uma criança sem necessidades especiais estiver sujeita à suspensão pela mesma infração. Contudo, crianças em idade pré-escolar com necessidades especiais não podem ser suspensas, seja por períodos curtos ou longos, e não podem ser expulsas.

Meu filho receberá algum serviço se for suspenso por um período inferior a 10 dias letivos?

Sim. As normas que regem a educação geral exigem que todos os alunos recebam serviços educacionais em prazo não superior ao quinto dia consecutivo da suspensão por motivos disciplinares. Isto quer dizer que alunos com necessidades especiais devem receber serviços consistentes com seu IEP no quinto dia a contar da remoção por motivos disciplinares ou antes, se o distrito determinar que é apropriado fornecer os serviços.

O distrito escolar pode suspender meu filho repetidamente por incidentes de mau comportamento separados?

Sim. As autoridades podem suspender seu filho de seu local atual por um período máximo de 10 dias letivos por vez, sempre que for necessário disciplinar, e esta suspensão for coerente com o tratamento dispensado a crianças sem necessidades especiais. Além disso, os funcionários da escola podem implementar suspensões adicionais por até 10 dias por vez no ano escolar para incidentes separados de mau comportamento se os serviços educacionais forem fornecidos para o restante das suspensões, conforme necessário. Os funcionários da escola não precisam envolvê-lo na decisão de suspender seu filho ou na decisão dos serviços a serem fornecidos. Contudo, não podem suspender seu filho repetidamente por curtos períodos (até 10 dias letivos por vez) se essas suspensões constituírem um padrão que caracterize uma mudança de colocação.

Quais medidas a escola deve tomar ao implementar várias suspensões de curta duração?

Várias suspensões de curta duração do local habitual de seu filho podem constituir um padrão que resulte em mudança de local quando o número total de dias letivos acumular (somar) mais de 10. Em consulta com o responsável pelo caso, os funcionários da escola determinam se várias suspensões de curta duração constituem uma mudança de local. Para determinar se várias suspensões de curta duração constituem uma mudança de local, é preciso verificar se a conduta que resultou em uma determinada suspensão assemelha-se à conduta que resultou nas suspensões anteriores e considerar os seguintes fatores: a duração de cada suspensão, o total de tempo pelo qual seu filho foi suspenso e a proximidade entre as suspensões.

Se as várias suspensões de curta duração não constituírem mudança de local, seu filho pode ser suspenso do local atual. Os funcionários do distrito escolar, em consulta com o responsável pelo caso da criança, e pelo menos um dos professores, determinam quais serviços são necessários para que seu filho participe do currículo geral e prossiga a contento para alcançar as metas estabelecidas no IEP da criança.

Se, em consulta com o responsável pelo caso, os funcionários da escola determinarem que várias suspensões de curta duração constituem mudança de local, a equipe do IEP deverá se reunir para determinar se o mau comportamento é manifestação das necessidades especiais do estudante (determinação da manifestação). Como integrante da equipe do IEP, você tem o direito de participar destas reuniões. A manifestação é determinada pelos funcionários do distrito escolar, pelos integrantes da equipe do IEP e por você. A conduta é uma manifestação de uma necessidade especial do aluno se:

- a conduta em questão for causada pela necessidade especial da criança ou tiver alguma relação direta e substancial com ela.; OU
- a conduta em questão for resultado direto da negligência do distrito escolar em implementar o IEP da criança.

Se qualquer um destes critérios for satisfeito, a conduta em questão é uma manifestação da necessidade especial da criança. Se for o caso, o distrito escolar deve promover uma avaliação do comportamento funcional da criança, salvo se isso já tiver sido feito com relação a um comportamento anterior que resultou em ação disciplinar. O distrito escolar deverá também elaborar um plano de intervenção em comportamento (BIP - PIC) para a criança ou alterar o BIP se ela já

o tiver. Caso tenha-se determinado que a conduta não é manifestação da necessidade especial da criança, você e o distrito escolar devem promover uma avaliação de comportamento funcional da criança e reavaliar ou elaborar um BIP para ela.

Se o comportamento for manifestação da necessidade especial da criança, ela não deverá ser suspensa de sua escola atual (exceto em caso de porte de drogas e armas e agressão grave), a menos que a equipe do IEP elabore um novo IEP e proponha uma nova colocação para a criança. Se o comportamento não for manifestação da necessidade especial da criança, ela deve ser disciplinada como qualquer outra criança; no entanto, a escola deverá continuar a fornecer-lhe serviços. A equipe do IEP determina de quais serviços a criança precisa participar para progredir no currículo geral e avançar a contento para alcançar as metas estabelecidas no seu IEP.

Se você discordar da determinação de retirar a criança por mais de 10 dias letivos cumulativos, pode solicitar mediação, audiência ou audiência em caráter de urgência.

Quais medidas a escola precisa tomar para suspender meu filho por mais de 10 dias letivos consecutivos?

Suspender uma criança da escola atual por mais de 10 dias letivos consecutivos por motivos disciplinares representa uma mudança de colocação. Se o distrito escolar deseja suspender a criança por mais de 10 dias letivos consecutivos, a equipe de IEP deverá se reunir para analisar se o BIP elaborado para o seu filho está de acordo com o seu IEP. Se o BIP não integrar o IEP do seu filho, a equipe do IEP deverá conduzir um FBA e elaborar um BIP. Além disso, a equipe do IEP deverá determinar se o comportamento é ou não manifestação da necessidade especial da criança. Como integrante da equipe do IEP, você tem o direito de participar destas reuniões.

Os funcionários do distrito escolar e os demais integrantes da equipe do IEP relevante, que incluem você, são responsáveis por determinar a manifestação. A conduta é uma manifestação de uma necessidade especial do aluno se:

- a conduta em questão foi causada pela necessidade especial da criança ou tem relação direta e substancial com ela; OU
- a conduta em questão foi resultado direto da negligência do distrito escolar em implementar o IEP da criança.

Se um destes critérios for atendido, a conduta em questão é manifestação da necessidade especial da criança. Se for o caso, distrito escolar deverá conduzir uma FBA da criança, salvo se já a conduziu com relação a um comportamento anterior que resultou em ação disciplinar. O distrito escolar deverá também elaborar um BIP para o seu filho ou alterar o BIP, se ele já o tiver. Caso tenha sido determinado que a conduta não é manifestação da necessidade especial do seu filho, você e o distrito escolar devem concordar em conduzir uma FBA e reavaliar ou elaborar um BIP ele.

Se o comportamento for uma manifestação da necessidade especial do seu filho, ele não deve ser suspenso da sua escola atual (exceto em caso de porte de drogas e armas e agressão grave), a menos que a equipe de IEP elabore um novo IEP e proponha uma nova colocação para ele. Se o comportamento não for

manifestação da necessidade especial da criança, ela deve ser disciplinada como qualquer outra criança; no entanto, a escola deverá continuar a fornecer-lhe serviços. A equipe do IEP determina quais serviços serão necessários para o seu filho participar do currículo geral.

Que medidas a escola pode tomar para suspender seu filho por disciplina em decorrência de armas, drogas ou agressão grave?

O distrito escolar pode colocar o seu filho em um ambiente educacional alternativo provisório (IAES) por até 45 dias letivos se ele:

- Tiver ou portar arma na escola ou evento escolar;
- Tiver ou portar drogas ou vender ou incitar a venda de substâncias controladas enquanto estiver na escola ou em evento escolar; ou
- Provocar lesão corporal grave.

A equipe do IEP decidirá o IAES e as medidas a serem tomadas ao final dos 45 dias de colocação.

Quais medidas a escola pode tomar para suspender meu filho alegando risco para ele próprio ou terceiros?

O distrito escolar pode obter uma ordem do juiz administrativo para mudar a colocação educacional do seu filho para um IAES por até 45 dias se houver perigo de o seu filho ou outros se ferirem se ele continuar no mesmo local. O juiz administrativo decidirá sobre o IAES.

Colocação durante pendência da mediação ou Audiência para Ação Disciplinar

Se você iniciar um processo de mediação, audiência, audiência em caráter de urgência para suspender a criança por mais de 10 dias letivos cumulativos, a suspensão poderá ser prorrogada até a solução do problema.

Se você iniciar um processo de mediação, audiência, audiência em caráter de urgência para suspender a criança por mais de 10 dias letivos cumulativos, você e o distrito escolar devem conduzir uma determinação da manifestação para estabelecer se a conduta que gerou o problema de disciplina é decorrente da necessidade especial da criança. Se o comportamento for manifestação da necessidade especial da criança, ela deve retornar à sua escola anterior enquanto o assunto estiver pendente, salvo se você e o distrito escolar concordarem com outro esquema ou se o juiz administrativo conceder tutela antecipada para a colocação da criança. Caso se tenha determinado que a conduta não foi manifestação da necessidade especial da criança, ela permanecerá no IAES até a questão receber uma decisão final ou haver um acordo entre você e o distrito escolar ou até expirar o período de suspensão, o que acontecer primeiro.

Quando o seu filho é colocado em um IAES como consequência de porte de drogas e armas ou agressão grave, exceto se você e o distrito escolar chegarem a outro acordo, ela permanecerá no IAES por um período de 45 dias úteis até uma decisão final por parte do juiz administrativo, o que acontecer primeiro. Em seguida, seu filho retornará à colocação anterior, exceto se a ordem do juiz administrativo determinar outra colocação ou se você e o distrito escolar concordarem com outra colocação.

TERMOS DE USO MAIS COMUM

Avaliação – Os testes e outros procedimentos de avaliação, inclusive análise de informações, usados para decidir se a criança tem direito a serviços de educação especial.

Educação Pública Apropriada e Gratuita (FAPE) – Serviços de educação especial e afins fornecidos com verbas públicas, sob supervisão e orientação públicas e gratuitas; satisfaçam as exigências estaduais e federais; compreendam educação pré-escolar, fundamental e média; e sejam fornecidos em conformidade com um IEP.

Avaliação de Comportamento Funcional – O processo para se compreender por que um aluno assume comportamento agressivo e como o comportamento do aluno relaciona-se com o ambiente. A finalidade da avaliação de comportamento funcional é coletar informações para melhor compreender as razões específicas do problema comportamental do aluno.

Identificação – A decisão de avaliar uma criança para determinar se há necessidade de serviços de educação especial.

Least Restrictive Environment (LRE - Ambiente Menos Restritivo) – Conforme apropriado, as crianças com necessidades especiais devem ser educadas junto com as crianças sem necessidades especiais e as classes especiais, escolas separadas ou a retirada das crianças com necessidades especiais do ambiente educacional ocorre apenas quando a natureza e gravidade da deficiência é tal que a educação em classes normais, com o uso de ferramentas e serviços complementares, não pode ser realizada de maneira satisfatória.

Sem mudanças – A exigência de não se fazer mudanças na educação de um aluno que passe a ter direito a educação especial durante mediação ou processo. O aluno deverá permanecer no programa ou colocação atual, salvo se você e o distrito escolar concordarem com a mudança ou se o juiz administrativo determiná-la.¹¹

¹¹De acordo com a legislação federal, alunos em idade pré-escolar com necessidades especiais não recebem o benefício de "permanência" se houver solicitação de mediação ou audiência referente à implementação do IEP inicial.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE NOVA JERSEY

SOLICITAÇÃO DOS PAIS PARA MEDIAÇÃO/AUDIÊNCIA/AUDIÊNCIA EM CARÁTER URGENTE

OBSERVAÇÃO: Conforme a IDEA 2004, você deverá preencher todas as informações solicitadas da maneira mais completa e precisa possível. Além disso, identifique as razões para discordância relativa a identificação, avaliação, elegibilidade, classificação, colocação ou provisão de programas ou serviços afins para seu filho. Se as informações estiverem incompletas ou os motivos da discordância forem vagos ou imprecisos, o distrito pode contestar a validade de seu pedido de audiência. Os pedidos de mediação não estão sujeitos à contestação de competência.

TRÊS vias do pedido completo devem ser protocoladas na Coordenadoria de Programas de Educação Especial e uma cópia do pedido completo deverá ser protocolada no distrito.

Data: _____

Para: **Roberta Wohle, Diretora**
Coordenadoria de Programas de Educação Especial
Secretaria de Educação de NJ
P.O. Box 500
Trenton, NJ 08625-0500

De: _____
(Nome completo do(s) pai(s) que faz(em) a solicitação)

Endereço: _____

Município: _____

Telefone residencial: (_____)_____-_____
Fax: (_____)_____-_____

Telefone comercial: (_____)_____-_____
Celular: (_____)_____-_____

Confirme se você é representado por ____ advogado ou auxiliado por ____ um representante.

Nome do advogado ou representante: _____

Endereço: _____

Telefone: (_____)_____-_____
Fax: (_____)_____-_____

Nome da criança _____ Data de nasc: _____

Endereço da criança (se diferente do dos pais)*: _____

Distrito de residência (distrito onde cada um dos genitores reside): _____

Escola freqüentada pelo aluno: _____

Distrito onde se encontra a escola: _____

Categoria da necessidade especial: _____

*Em caso de criança sem-teto, forneça dados para contato.

Marque **UMA** das caixas a seguir:

- Mediação apenas** – Preencha os itens de 2 a 5 abaixo
- Audiência** – Preencha os itens de 1 a 5 abaixo
- Audiência em caráter urgente **para questões disciplinares apenas** – Preencha os itens de 1 a 5 abaixo

.....

1. Passos necessários para Audiência ou Audiência em caráter urgente (apenas para questões disciplinares) – Quando um dos pais solicita uma audiência, o distrito tem a oportunidade de resolver a questão antes de programar uma audiência. O distrito deverá conduzir uma sessão conciliatória (no prazo de 15 dias antes de uma audiência formal e 7 dias de uma audiência em caráter urgente) e você é obrigado a comparecer. Você e o distrito podem optar por participar da mediação conduzida pelo OSEP no lugar da sessão conciliatória ou as duas partes concordam em renunciar à sessão conciliatória e prosseguir para a audiência.

Ao receber a notificação, um representante do distrito escolar deverá contatá-lo para marcar uma sessão conciliatória. Se você quiser que o distrito considere outras opções, marque UMA das opções a seguir:

- Solicito reunião de mediação conduzida pelo OSEP no lugar da sessão conciliatória. **Se o distrito concordar com a mediação no lugar da sessão conciliatória, um representante do distrito deverá contatar o OSEP pelo telefone para marcar a reunião de mediação.**
- Desejo renunciar à reunião conciliatória e ir diretamente para a audiência.

Ao assinar abaixo, renuncio à sessão conciliatória e à mediação. Um representante autorizado do distrito também deve renunciar, por escrito, ao período conciliatório.

Assinatura: _____

2. Descreva a natureza do problema e todos os fatos a ele relacionados. Anexe folhas adicionais se necessário:

3. Descreva como o problema pode ser resolvido. Anexe folhas adicionais se necessário:

4. A outra parte deverá receber uma cópia deste pedido. Favor selecionar para confirmar.

Uma cópia deste pedido foi enviada ao superintendente do distrito escolar:

Nome do superintendente: _____

Endereço: _____

5. Assinatura dos pais _____

Observação para os pais que solicitam uma audiência: As Alterações à IDEA de 2004 prevêm que os honorários advocatícios podem ser cobrados se os pais ou seu advogado retardarem, sem motivos, a resolução final da controvérsia ou se o advogado que representa os pais não fornecer ao distrito as informações apropriadas exigidas no processo.

REQUERIMENTO PARA TUTELA ANTECIPADA

A SER PREENCHIDO QUANDO UMA DECISÃO PROVISÓRIA (TEMPORÁRIA) FOR SOLICITADA PARA UMA DECISÃO FINAL PENDENTE SOBRE OS TEMAS SUBJACENTES EM QUESTÃO.

Observação: A tutela antecipada só pode ser solicitada quando for necessária uma ordem provisória temporária sobre uma conclusão pendente da audiência do processo subjacente, conforme o N.J.A.C. 6A:14-2.7(r). Para atender às exigências para solicitar uma tutela antecipada, preencha todas as informações necessárias no formulário abaixo, levando-o para ser autenticado por tabelião. Os requerimentos para tutela antecipada não podem ser enviados por fax, pois a via original deverá ser protocolada na Coordenadoria de Programas de Educação Especial (OSEP). Anexe a sua solicitação para audiência formal ou de caráter urgente. **Todos** os formulários necessários devem ser preenchidos para que o requerimento de tutela antecipada seja processado.

Envie um requerimento original para tutela antecipada e um requerimento original para audiência para o OSEP e uma via de cada para o distrito.

Descreva a natureza do problema urgente e os todos os fatos a ele relacionados. (Anexe folhas adicionais se necessário.):

Descreva como este problema pode ser resolvido. (Anexe folhas adicionais se necessário.):

Confirme que uma cópia deste pedido foi enviada ao superintendente do distrito:

Nome da outra parte: _____

Endereço: _____

Telefone: (_____) _____ - _____

Eu, _____, maior de idade, atesto que

(Nome do requerente)

em conformidade com a legislação em vigor:

1. Eu sou requerente no caso em questão.
2. Li a petição. Certifico que as declarações acima feitas por mim são verdadeiras. Estou ciente de que se as declarações acima forem intencionalmente falsas estou sujeito à punição na forma da lei.

Assinatura do requerente: _____

Atestado e assinado perante mim neste _____ dia de _____, _____

Assinatura do Tabelião Público ou de outro indivíduo autorizado a prestar juramento ou confirmação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE NOVA JERSEY

COORDENADORIA DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL FORMULÁRIO DE DENÚNCIA

Data: _____

Para: **Roberta Wohle, Diretora**
Coordenadoria de Programas de Educação Especial
Secretaria de Educação de NJ
P.O. Box 500
Trenton, NJ 08625-0500

Relacionamento com o(s) aluno(s): (Marque uma opção)

Pai/Responsável Advogado Representante Outro: _____

Nome: _____

Endereço*: _____

Telefone: (____) ____ - ____ Fax: (____) ____ - ____ E-mail: _____

Forneça o nome do aluno ou especifique o grupo de alunos afetado pelas supostas violações:

Escola onde ocorreram as supostas violações: _____

Distrito _____ Município: _____

1. Marque a declaração aplicável:

- Estou envolvido em audiência ou recentemente solicitei uma. Furneci em anexo uma cópia do requerimento.
- Estou pensando em requerer uma audiência. Enviarei uma cópia do requerimento.
- Não estou planejando requerer uma audiência.

Obs: Qualquer questão objeto de um requerimento para investigação de denúncia que também integre uma audiência será colocada de lado até a conclusão da audiência. Se o Juiz Administrativo emitir um parecer, a decisão é vinculante.

2. Declare brevemente as **violações específicas da legislação ou do regulamento** sobre educação especial que você acredita que tenham ocorrido. Se optar por anexar informações ou documentação adicional, **faça um resumo das supostas violações**, do seu ponto de vista.

*Em caso de criança sem-teto, forneça os dados para contato disponíveis.

3. Especifique o período ou a data em que as supostas violações ocorreram: _____

Obs: O requerente deve alegar uma violação que ocorreu há não mais do que um ano antes da data da denúncia recebida.

4. Há supostas violações no momento? _____ Sim _____ Não

5. **Declare os fatos relevantes**, inclusive denúncias de que o distrito deixou de fornecer os serviços exigidos pelo IEP de um aluno com necessidades especiais. Se você alegar que o distrito deixou de implementar o IEP, inclua uma cópia do IEP completo. (Anexe folhas adicionais se necessário. Se você tiver mais documentos da escola que acredita que possam ajudar a confirmar a violação, forneça-os com este requerimento.)

6. Descreva como estes problemas podem ser resolvidos. Anexe folhas adicionais se necessário.

7. Faça uma lista dos funcionários do distrito com quem já tenha conversado para resolver a denúncia, junto com sua(s) resposta(s) para o requerimento.

Os requerentes devem enviar uma cópia da denúncia para o Superintendente Administrativo do órgão distrital/educacional contra o qual a denúncia foi apresentada e, ao mesmo tempo, protocolar a denúncia na Secretaria da Educação.

Confirme abaixo para verificar se:

Uma cópia da denúncia foi enviada, com anexos, para:

_____ (nome) em _____ (data);

ou

Uma cópia da denúncia foi entregue em mãos, com anexos, para:

_____ (nome) em _____ (data).

Conforme o N.J.A.C. 6A:14-9.2(b), observe que uma denúncia não pode ser processada até que o OSEP seja notificado de que a cópia foi fornecida ao órgão educacional competente.

Assinatura: _____
(Pessoa(s) que faz(em) o requerimento)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE NOVA JERSEY

SOLICITAÇÃO DOS PAIS PARA APLICAÇÃO DO ACORDO DE MEDIAÇÃO

Data: _____

Para: **Roberta Wohle, Diretora**
Coordenadoria de Programas de Educação Especial
Secretaria de Educação de NJ
P.O. Box 500
Trenton, NJ 08625-0500

Relacionamento com o(s) aluno(s): (Marque uma opção)

Pai/Responsável Advogado Consultor jurídico

De: _____
(Nome da pessoa que apresenta a solicitação)

Endereço: _____

Telefone: (____) ____ - ____ Fax: (____) ____ - ____ E-mail: _____

Obs: A Coordenadoria de Programas de Educação Especial (OSEP) deve ter uma cópia do acordo de mediação antes de tomar qualquer medida com relação ao pedido de implementação.

Foi incluída cópia do acordo de mediação neste requerimento? ____ Sim ____ Não Se não, a cópia está sendo enviada em correspondência separada? ____ Sim ____ Não

Qual é a data do acordo de mediação? _____

Após assinar o acordo de mediação, as partes chegaram a qualquer acordo para modificar o acordo de mediação original? ____ Sim ____ Não (Se sim, explique abaixo)

Obs: Se uma das partes do acordo de mediação for modificada após a concordância das partes, não se buscará implementação com relação àquela parte do acordo.

Quando deveria ocorrer a implementação da ação que você busca? _____

Obs: Um pedido de implementação deve ser feito ao OSEP em um prazo inferior a 90 dias corridos a partir da data em que a ação exigida no acordo de mediação, objeto da implementação, deveria ter ocorrido. Se o pedido estiver fora do prazo, o OSEP não executará o pedido.

Você está envolvido em mediação, audiência ou investigação de denúncia, ou recentemente solicitou alguma delas?
____Sim ____Não

Se você recentemente solicitou mediação ou audiência, qual foi o tema da desavença?

Descreva brevemente a provisão específica (identifique a página e o parágrafo) do acordo de mediação que você afirma que o órgão educacional deixou de implementar.

Ao receber um requerimento de implementação, o OSEP encaminhará uma cópia do para o distrito para resposta e, se apropriado, a oportunidade para resolver com os pais. Se a questão não for resolvida a tempo e satisfatoriamente pelas partes, o distrito poderá ser acionado para enviar ao OSEP prova de conformidade, quando o OSEP determinará a implementação da decisão. Se ficar determinado que o distrito deixou de implementar a decisão, ou parte dela, o OSEP ordenará que o distrito implementar a decisão ou parte dela, se apropriado.

Assinatura: _____
(Pessoa(s) que faz(em) o requerimento)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE NOVA JERSEY

SOLICITAÇÃO DOS PAIS PARA APLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DA SECRETARIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Data: _____

Para: **Roberta Wohle, Diretora**
Coordenadoria de Programas de Educação Especial
Secretaria de Educação de NJ
P.O. Box 500
Trenton, NJ 08625-0500

Relacionamento com o(s) aluno(s): (Marque uma opção)

Pai/Responsável Advogado Representante

De: _____
(Nome da pessoa que apresenta a solicitação)

Endereço: _____

Telefone: (____) ____ - ____ Fax: (____) ____ - ____ E-mail: _____

Obs: A Coordenadoria de Programas de Educação Especial (OSEP) deverá ter uma cópia da decisão do juiz administrativo antes de tomar qualquer medida com relação ao pedido de implementação.

A cópia da decisão final (ou ordem) emitida pelo juiz administrativo está incluída no requerimento? ____ Sim
____ Não Se não, a cópia está sendo enviada em correspondência separada? ____ Sim ____ Não

Qual é a data da decisão do juiz administrativo? _____

Após a emissão da decisão, as partes chegaram a algum acordo que modifique a decisão ou os termos da Ordem?
____ Sim ____ Não (Se sim, explique abaixo)

Obs: Se alguma parte da decisão for modificada após a concordância das partes, não se buscará a implementação dessa parte do acordo.

Quando deveria ocorrer a implementação da ação que você busca? _____

Obs: Um pedido de implementação deve ser feito ao OSEP dentro de um prazo máximo de 90 dias corridos da data em que a ação a ser tomada conforme a decisão, objeto da implementação, deveria ter ocorrido. Se o pedido estiver fora do prazo, o OSEP não executará o pedido.

Você está envolvido em mediação, audiência ou investigação de denúncia, ou recentemente solicitou alguma delas?
____Sim ____Não

Se você estiver envolvido em mediação ou audiência, qual é o assunto da desavença?

Descreva brevemente a cláusula específica (identifique a página e parágrafo) da audiência que você afirma que o órgão educacional não implementou devidamente.

Ao receber um pedido de implementação, o OSEP encaminhará uma cópia do pedido para o distrito para resposta e, se apropriado, a oportunidade para resolver o pedido com os pais. Se a questão não for resolvida a tempo e satisfatoriamente pelas partes, o distrito poderá ser acionado para enviar ao OSEP prova de conformidade, quando o OSEP determinará a implementação da decisão. Se ficar determinado que o distrito deixou de implementar a decisão, ou parte dela, o OSEP ordenará que o distrito implemente a decisão ou parte dela, se apropriado.

Assinatura: _____
(Pessoa(s) que faz(em) o requerimento)

RECURSOS

Para que você compreenda melhor seus direitos, entre em contato com um destes órgãos:

Representante do Distrito Escolar

Telefone

SPAN – Statewide Parent Advocacy Network pelo telefone (800) 654-7726

NJ Protection and Advocacy, Inc. pelo telefone (800) 922-7233

Secretaria de Educação de Nova Jersey através da Superintendência Distrital de

_____:

Supervisor de Estudos da Criança do Distrito

Telefone

RECURSOS PARA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

Coordenadoria de Serviços de Reabilitação Vocacional da Secretaria do Trabalho de Nova Jersey:

Uma Coordenadoria dos Serviços de Reabilitação Vocacional oferece os seguintes tipos de serviços a pessoas portadoras de necessidades especiais físicas ou mentais impeditivas para o trabalho. Os interessados devem solicitar uma determinação para saber se são elegíveis e os serviços necessários. Cegos ou portadores de grave deficiência visual são atendidos pela Commission for the Blind and Visually Impaired (Comissão para Cegos e Portadores de Deficiência Visual), não pelo DVRS.

Os serviços fornecidos são:

- Avaliação para diagnóstico
- Aconselhamento e orientação vocacional individual
- Treinamento para procurar emprego e colocação em empregos selecionados
- Serviços de apoio e acompanhamento
- Serviços pós-emprego
- Recuperação física
- Orientação para emprego, treinamento vocacional, profissional ou no local de trabalho
- Encaminhamento para Centros de Vida Independente para treinamento para morar sozinho (<http://www.njsilc.org/ist.html>)

Dados para contato: P.O. Box 398
135 East State Street
Trenton, N.J. 08625

Telefone: (609) 292-5987

FAX: (609) 292-8347

www.nj.gov/labor/dvrs/vrsindex.html

Coordenadoria de Necessidades Especiais de Desenvolvimento da Secretaria de Assistência Social de Nova Jersey

A Coordenadoria de Necessidades Especiais de Desenvolvimento organiza e coordena os serviços necessários para residentes de Nova Jersey que se qualifiquem e que apresentem dificuldades de desenvolvimento. A deficiência de desenvolvimento é uma dificuldade que se inicia antes da idade de 22 anos e que cria condições que duram a vida toda afetando a capacidade do indivíduo de levar uma vida independente. A maioria dos indivíduos cadastrados no DDD mora em casa com a família. O DDD começou a transferir recursos e fornecer apoio para esses indivíduos usando um modelo autogerido.

Os serviços fornecidos são:

- Gerenciamento de caso
- Guarda
- Auxílio a pais para obtenção da guarda legal de adultos incapazes
- Apoio à família
- Serviços residenciais
- Programas diurnos
- Serviços de emprego com apoio
- Apoios autogeridos

Dados para contato: P.O. Box 726
Trenton, N.J. 08625
Telefone: (800) 832-9173
(609) 987-0864 (Linha direta)
FAX: (609) 987-2070
www.nj.gov/humanservices/ddd

Coordenadoria dos Serviços de Saúde Mental da Secretaria de Assistência Social de Nova Jersey:

A Coordenadoria dos Serviços de Saúde Mental atende adultos com deficiências mentais graves e permanentes.

Os serviços fornecidos são:

- Atendimento em cinco hospitais psiquiátricos operados pela coordenadoria
- Monitoramento e prestação de serviços em hospitais do município
- Os serviços de saúde mental comunitários prestados por diversos órgãos compreendem:
 - Triagem e serviços de emergência
 - Gerenciamento de casos intensivos
 - Atendimento clínico/hospitalar
 - PACT - Programa para Tratamento Comunitário Assertivo
 - Terapia individual, de grupo e familiar
 - Emprego com apoio/Assistência social para trabalhar
 - Residências especialmente preparadas
 - Serviços de justiça criminal
 - Centros de auto-ajuda e serviços

Dados para contato: P.O. Box 727
Trenton, N.J. 08625
Telefone: (800) 382-6717
(609) 777-0702
FAX: (609) 777-0662
www.nj.gov/humanservices/dmhs

Coordenadoria de Atendimento a Crianças e Famílias:

A DCBHS – Coordenadoria de Serviços de Saúde Comportamental Infanto-Juvenil - atende crianças e adolescentes com problemas de saúde emocional e comportamental e suas famílias. O DCBHS tem o compromisso de oferecer serviços baseados nas necessidades da criança e da família num ambiente comunitário centrado na família.

Dados para contato: 222 South Warren Street
PO Box 729, 3rd Floor
Trenton, NJ 08625
Telefone: (609) 984-4500

Se tiver perguntas ou preocupações, entre em contato conosco: AskDCF@dcf.state.nj.us
www.state.nj.us/dcf/divisions/

A Coordenadoria para Deficientes Auditivos da Secretaria de Assistência Social de Nova Jersey:

A Coordenadoria para Deficientes Auditivos que atende a indivíduos em Nova Jersey que apresentam deficiência auditiva.

Os serviços fornecidos são:

- Defesa de direitos
- Emprego e oportunidades vocacionais
- Auxílio para vários problemas sociais, jurídicos, médicos, educacionais e recreacionais

Dados para contato: P.O. Box 074
Trenton, N.J. 08625
Telefone: (Voz/TTY) (800) 792-8339
(609) 984-7281
FAX: (609) 984-0390
www.nj.gov/humanservices/ddhh

A Coordenadoria de Serviços para Portadores de Necessidades Especiais de Desenvolvimento da Secretaria e Assistência Social de Nova Jersey:

A Coordenadoria de Serviços para Portadores de Necessidades Especiais funciona como a porta principal para indivíduos com necessidades especiais que buscam informações sobre o Sistema de Serviços de Assistência Social. A Coordenadoria de Serviços para Portadores de Necessidades Especiais promove e facilita a máxima independência e participação de indivíduos com necessidades especiais na vida comunitária por meio de informações, acesso a serviços e apoio. A coordenadoria também atua para incentivar a cooperação entre os diversos órgãos do governo.

Os serviços fornecidos são:

- Informações e auxílio para encaminhamento de problemas que afetam indivíduos portadores de qualquer tipo de necessidade especial no Estado de Nova Jersey.
- N.J.A.C. Programa de Empregabilidade
- Serviços de Assistência Pessoal
- Serviços domésticos e comunitários, inclusive lesão cerebral traumática, AIDS, recursos comunitários e assistência para tratamentos através do Medicaid
- Serviços de preferência pessoal através do Cash & Counseling Program (Programa de Dinheiro e Orientação)
- Promoção da saúde

Dados para contato: P.O. Box 700
22 South Warren Street
Trenton, N.J. 08625

Telefone: (888) 285-3036
(609) 292-7800
FAX: (609) 292-1333
TDD: (609) 292-1210

www.nj.gov/humanservices/dds

Comissão para Cegos e Deficientes Visuais:

A Comissão para Cegos e Deficientes Visuais presta serviços para crianças, jovens e adultos cegos ou portadores de deficiência visual que preencham os requisitos necessários. Alguns indivíduos devem pagar um parcela dos custos dos serviços com base na renda familiar.

Os serviços fornecidos são:

- Serviços Educacionais para Crianças
- Serviços de Reabilitação Vocacional para Adolescentes e Adultos
- Serviços de Apoio à Vida Independente
- Prevenção à Cegueira
- Serviços de Saúde Ocular

Dados para contato: P.O. Box 47017
153 Halsey Street, 6th Floor
Newark, N.J. 07101

Telefone: (973) 648-3333
FAX: (973) 648-3389

www.nj.gov/humanservices/cbvi



ANOTAÇÕES



Publicado por:

Secretaria de Educação de Nova Jersey
Caixa Postal 500
Trenton, Nova Jersey 08625-0500





